

Provisões

BTG Pactual teve lucro líquido de R\$ 1,7 bilhão

O BTG Pactual registrou lucro líquido de R\$ 1,744 bilhão no quarto trimestre de 2022, o que representa um aumento de 6% frente ao mesmo intervalo de 2021 e uma queda de 20,3% se comparado ao terceiro trimestre. A queda trimestral reflete provisões não recorrentes contabilizadas pelo banco, que teria tido lucro líquido de R\$ 2,347 bilhões. **PÁGINA 2**

Ovos de Páscoa

Americanas paga à vista compra de 13 milhões

As compras de Páscoa das empresas de varejo são negociadas ao longo dos 12 meses que antecedem a data comemorativa, mas os pedidos são fechados no primeiro trimestre do ano. A empresa conseguiu, com pagamentos à vista e antecipados, garantir a compra de 13 milhões de ovos de Páscoa. Em uma situação normal, os pagamentos seriam feitos em 15 dias. **PÁGINA B1**



Divulgação

Ju Beauty Care vai lançar nova linha de maquiagem

A Ju Beauty Care vai lançar uma linha de maquiagem ligada a autoestima. A empresária Juliana Bittencourt disse que a intenção é impactar mulheres de uma forma mais profunda, falando de autocuidado e autoestima, além da maquiagem, e levando a mensagem da importância do autoconhecimento e amor-próprio. "Do que adianta se maquiar e ficar linda, somente por fora?" **PÁGINA 8**

VLI estuda acordo para investir no Porto de Vitória

PÁGINA 8

O valor tem como referência os prejuízos causados à União

AGU condena radicais a pagarem R\$ 20 milhões

O pedido atinge pessoas e empresas envolvidas no fretamento dos ônibus que levaram manifestantes a Brasília para participar dos atos golpistas



Joedson Alves - Agência Brasil

A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu que 54 pessoas, três empresas de transporte, uma associação e um sindicato sejam condenados a pagar R\$ 20,7 milhões pelos protestos golpistas do dia 8 de janeiro passado na Praça dos Três Poderes. Trata-se do primeiro pedido de condenação definitiva pelos atos de vandalismo. A AGU move outras quatro ações contra suspeitos de financiar ou participar das manifestações extremistas. O documento foi enviado à Justiça Federal do Distrito Federal e afirma que todos tinham "consciência" do risco de violência. A AGU menciona as publicações feitas para chamar os manifestantes, que já faziam referência a uma "tomada de poder". "Fato que demonstra uma articulação prévia ao movimento com finalidade não ordeira, sendo o financiamento do transporte um vetor primordial para que ele ganhasse corpo e se materializasse nos termos ocorridos", diz um trecho do pedido. No total, a AGU já ingressou com quatro ações contra acusados de financiar ou participar diretamente dos atos do dia 8 de janeiro. Em três delas a Justiça já determinou cautelarmente o bloqueio de bens dos envolvidos. **PÁGINA 6**

INVESTIMENTOS

Petrobras abre edital de R\$ 432 milhões para novos projetos socioambientais

A Petrobras lançou edital que vai destinar R\$ 432 milhões para projetos socioambientais, com inscrições até o dia 11 de abril. A Seleção Pública do Programa Petrobras de 2023 será dividida em duas etapas. No total, serão quase 50 projetos, que receberão valores superiores aos que já foram investidos em seleções públicas anteriores da estatal. Na primeira etapa

da seleção, serão contempladas as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul. A companhia investirá R\$ 162 milhões em iniciativas socioambientais, e a estimativa é contratar cerca de 20 projetos que serão desenvolvidos por um período de três anos. No segundo semestre, será divulgada a segunda etapa, que contemplará também a região Sudeste. **PÁGINA 3**

ARRECAÇÃO



Antonio Cruz - Agência Brasil

Governo finaliza proposta de correção da tabela do IR

PÁGINA 2

CARTÃO

Todos os brasileiros estarão no Orçamento



Fabio Rodrigues-Pozzebom - Agência Brasil

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse na segunda-feira, 13, que por falta de comando no governo de Jair Bolsonaro, o Congresso se apossou do Orçamento Público e passou a aprovar projetos à revelia do Executivo. **PÁGINA 3**

CARTÃO

Mourão gasta com alimentação e viagens cerca de R\$ 4 milhões

PÁGINA 7

IBOVESPA 108.836,47 ↑ 0,07%

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
BRF SA ON NM	6,91	+7,63%	+0,49
VIA ON NM	2,16	+5,37%	+0,11
GRUPO SOMA ON NM	8,980	+4,30%	+0,370
BRADESCO PN EJ N1	13,12	+3,55%	+0,45
ITAUUNIBANCO PN N1	26,71	+3,53%	+0,91

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
AZUL PN N2	8,43	-4,31%	-0,38
MELIUZ ON NM	0,940	-3,09%	-0,030
3R PETROLEUM ON NM	43,290	-2,89%	-1,290
CVC BRASIL ON NM	3,72	-1,85%	-0,07
MINERVA ON NM	12,97	-1,67%	-0,22

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
VALE ON NM	86,71	-0,10%	-0,09
ITAUUNIBANCO PN N1	26,71	+3,53%	+0,91
BRADESCO PN EJ N1	13,12	+3,55%	+0,45
PETROBRAS PN N2	26,80	+0,30%	+0,08
BTGP BANCO UNT N2	21,26	+2,46%	+0,51

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	34.245,93	+1,11%
S&P 500	4.137,29	+1,14%
NASDAQ	11.891,79	+1,48%
DAX 30	15.397,34	+0,58%
FTSE 100	7.947,60	+0,83%
IBEX 35	9.210,30	+1,02%

DÓLAR COMERCIAL		
COMPRA	VENDA	
5,176	5,177	↓ -0,87%

PESO		
COMPRA	VENDA	
0,027	0,027	↓ -1,34%

EURO		
COMPRA	VENDA	
5,546	5,549	↓ -0,45%

LIBRA		
COMPRA	VENDA	
6,277	6,280	↓ -0,19%

OURO		
BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA	
304,00	USD\$ 1.858,13	

ISENÇÕES

Haddad diz que governo finalizou a proposta para a correção do IR

O ministro da Fazenda afirmou que a nova tabela do IR ampliará a faixa de isenção, que atualmente está em R\$ 1.903,98, mas ainda aguarda a decisão final, que será dada pelo presidente Lula

O Ministério da Fazenda já finalizou a proposta para correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). A nova tabela ampliará a faixa de isenção, que atualmente está em R\$ 1.903,98. A proposta aguarda agora a decisão final, a ser dada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A finalização da proposta foi anunciada na segunda-feira (13) pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em pronunciamento durante reunião do Diretório Nacional do PT, mas nenhum detalhamento sobre valores foi antecipado até o momento.

De acordo com a assessora do PT, Haddad falou por 40 minutos sobre políticas fiscais e monetárias. O ministro informou aos dirigentes partidários que concluiu também o programa Desenrola, voltado à renegociação de pequenas dívidas.

A última atualização da tabela de Imposto de Renda foi feita em 2015. A falta de atualização tem feito com que cada vez mais brasileiros, em especial os de menor renda, passem a pagar esse tributo.

Com o valor do salário mínimo em R\$ 1.302, pela primeira vez na história do país, pessoas que ganham 1,5 salário mínimo serão taxadas. O valor atual do mínimo foi definido na proposta orçamentária do governo anterior.



Haddad informou aos dirigentes partidários que concluiu o programa Desenrola, voltado à renegociação de pequenas dívidas

Durante a campanha eleitoral, Lula chegou a prometer ampliar, ao longo de seu governo, para R\$ 5 mil a faixa de isenção. Durante reunião com centrais sindicais, em janeiro, Lula reiterou a ideia, enfatizando que, no Brasil, "quem ganha muito paga pouco".

"Eu tenho uma briga com os economistas do PT. O pessoal fala assim 'se fizer isenção até R\$ 5 mil, são 60% da arrecadação deste país'. Então, vamos mudar a lógica, vamos diminuir para o pobre e aumentar para o rico", disse, durante o encontro, o presidente.

Na abertura da reunião de diretório, a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR), antecipou um ponto da fala a que Haddad faria na sequência, na reunião a portas fechadas com os correligionários, sobre os gastos feitos

pelo governo anterior, visando à reeleição de Jair Bolsonaro.

"O uso da máquina foi algo absurdo. Haddad nos trouxe um cálculo estarrecedor: foram gastos cerca de R\$ 300 bilhões entre isenções fiscais, auxílios, crédito, emendas parlamentares", disse Gleisi Hoffmann.

A reforma tributária deve ser a prioridade do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na área econômica,

mas as chances de aprovação este ano parecem ser baixas, de acordo com pesquisa da Amcham Brasil feita com empresários de todo o País.

Ao todo, 66% afirmaram que não acreditam ou entendem serem baixas as chances de aprovação do projeto em 2023. Apenas 34% dos respondentes acreditam que a reforma tem média ou alta probabilidade de ser aprovada

este ano.

O ceticismo do setor privado encontra lastro na realidade. Há anos se discute, sem sucesso, uma reforma tributária abrangente. O tema é urgente, complexo e, para avançar, demandará a liderança do governo e o engajamento ativo do setor produtivo", afirma o CEO da Amcham Brasil, Abrão Neto. No total, 68% dos entrevistados responderam que a principal prioridade do governo para impulsionar a economia deve ser a reforma tributária.

A pesquisa também questionou os empresários sobre os principais desafios para o meio empresarial este ano. No total, 67% dos entrevistados acreditam que o crescimento da economia brasileira deve desafiar os negócios ao longo deste ano. Outros 56% citaram a estabilidade política e democrática entre os principais desafios.

Também foram mencionados segurança jurídica e regulatória (34%), disponibilidade e custo de mão de obra (28%) e incertezas sobre o cenário internacional (24%) como fatores que poderão desafiar o segmento. Além disso, para 78% dos empresários, há correlação alta entre estabilidade democrática e o desenvolvimento do País.

A pesquisa entrevistou 465 empresários de todo o Brasil, majoritariamente líderes C-level de empresas de grande e médio porte.

DESEMPENHO RECORDE

BTG Pactual obteve lucro líquido de R\$ 1,7 bilhão no 4º trimestre

O BTG Pactual registrou lucro líquido de R\$ 1,744 bilhão no quarto trimestre de 2022, o que representa um aumento de 6% frente ao mesmo intervalo de 2021 e uma queda de 20,3% se comparado ao terceiro trimestre. A queda trimestral reflete provisões não recorrentes contabilizadas pelo banco, que teria tido lucro líquido de R\$ 2,347 bilhões caso as provisões não tivessem sido constituídas.

O BTG Pactual informou que, por conta de "evento específico amplamente divulgado", o BTG constituiu provisão de R\$ 1,197 bilhão, sendo R\$ 1,123 bilhão na área de Corporate & SME Lending em função da exposição de crédito e R\$ 77 milhões na área de Sales & Trading, por conta da exposição a outros instrumentos financeiros.

Por outro lado, as despe-

zas com bônus foram reduzidas em R\$ 153,1 milhões, enquanto com Imposto de Renda e contribuição social diminuíram em R\$ 466,9 milhões, ambos no quarto trimestre. No agregado, as provisões não recorrentes impactaram negativamente o lucro líquido do BTG Pactual em R\$ 580 milhões.

O banco é um dos maiores credores de Americanas, em recuperação judicial, com um crédito de R\$ 3,5 bilhões.

As receitas totais somaram R\$ 3,626 bilhões no quarto trimestre, uma queda de 3,9% em 12 meses e de 23,7% em comparação ao terceiro trimestre. Nessa linha, o banco informa que as receitas totais teriam alcançado R\$ 4,826 bilhões não fosse o efeito das provisões não recorrentes.

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos totais do BTG Pactual somaram R\$ 450,6

bilhões, um aumento de 2,4% em comparação com o terceiro trimestre. O índice de Basileia se manteve estável em 15,1% frente ao terceiro trimestre. No quarto trimestre de 2021, estava em 15,7%.

O BTG Pactual encerrou o ano de 2022 com um lucro líquido de R\$ 8,3 bilhões, representando um aumento de 28% em 12 meses. O banco informa que o desempenho foi recorde em quase todas as nossas linhas de negócios, mesmo com impacto negativo das provisões não-recorrentes. O ROAE fechou o ano em 20,8% (22,1% excluindo o evento não-recorrente), e receitas totais de R\$ 17,25 bilhões, crescimento de 24,1% em relação a 2021.

O CEO Roberto Sallouti disse que este trimestre corroborou o histórico de forte desempenho, independentemente do cenário macro.

Mesmo com um ambiente econômico desafiador, a empresa encerrou o primeiro trimestre com lucro líquido recorde e receita, impulsionada pelo modelo de negócios integrado e pela expansão para novos segmentos.

"Nós estamos confiantes no forte crescimento do nosso negócio, mantendo um balanço bem capitalizado e com alta liquidez. Como sempre, continuaremos trabalhando para entregar sempre o melhor resultado, com foco na geração de valor para nossos clientes e acionistas".

O Investment Banking manteve a liderança nos rankings do setor, apesar do mercado mais fraco. A receita total foi de R\$ 351 milhões, com as principais contribuições provenientes de M&A e DCM.

O Crédito Corporativo e PME registraram receita

recorde pelo segundo trimestre consecutivo, para R\$ 817 milhões, alta de 47%. A carteira totalizou R\$ 111,1 bilhões, aumento de 38%.

O Sales & Trading apresentou seu melhor resultado desde 2016, com receita de R\$ 1,48 bilhão (+83% a/a), e com forte contribuição das franquias de clientes. Em um ambiente de maior volatilidade do mercado, a área manteve a alocação eficiente de riscos (VaR de 0,32%, abaixo da média histórica).

Em Gestão de Ativos, os ativos sob gestão e administração (AuM e AuA) totalizaram R\$ 586 bilhões, alta de 30,2. O NNM foi de R\$ 23,6 bilhões no primeiro trimestre de 2022 e R\$ 140,7 bilhões nos últimos doze meses.

A receita em Asset Management totalizou R\$ 313,1 milhões no período, alta de 18,3%.



Sallouti: "nós estamos confiantes no forte crescimento do nosso negócio"

Diário Comercial

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.brDIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.brSERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara
IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.



Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL
SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaisp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

INVESTIMENTOS

Petrobras abre edital para projetos socioambientais de R\$ 432 milhões

A companhia investirá R\$ 162 milhões em iniciativas socioambientais, e a estimativa é contratar cerca de 20 projetos que serão desenvolvidos em três anos

A Petrobras lançou edital que vai destinar R\$ 432 milhões para projetos socioambientais, com inscrições até o dia 11 de abril. A Seleção Pública do Programa Petrobras de 2023 será dividida em duas etapas.

No total, serão quase 50 projetos, que receberão valores superiores aos que já foram investidos em seleções públicas anteriores da estatal.

Na primeira etapa da seleção, serão contempladas as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul. A companhia investirá R\$ 162 milhões em iniciativas socioambientais, e a estimativa é contratar cerca de 20 projetos que serão desenvolvidos por um período de três anos. No segundo semestre, será divulgada a segunda etapa, que contemplará também a região Sudeste.

No Norte e Nordeste, o edital inclui as áreas vizinhas das operações da chamada Margem Equatorial, nova fronteira de exploração e produção de petróleo e gás do país, localizada entre os estados do Amapá e Rio Grande do Norte.

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, afirmou em vídeo, divulgado junto com o lançamento do edital, que a empresa está comprometida em transformar os seus resultados em retorno para a sociedade. Para ele, o crescimento da companhia deve andar junto com o desenvolvimento das comunidades e com a conservação do meio ambiente. Prates disse que esta é a maior seleção pública de projetos socioambientais da história da empresa.

Todas as linhas de atuação do Programa Petrobras Socioambiental, ou seja, florestas, oceano, educação e desenvolvimento econômico-sustentável, estão incluídas no edital, com



O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, recebeu o CEO Mundial da Shell, Wael Sawan, no prédio da Petrobras em Brasília

prioridade para povos indígenas, comunidades tradicionais, pescadores, mulheres, negros, crianças, pessoas com deficiência e LGBTQIA+. Na linha de educação, também podem se inscrever projetos apoiados pela Lei Federal de Incentivo ao Esporte, incluindo temas transversais como Primeira Infância, Direitos Humanos e Inovação.

Os projetos também devem apresentar contribuições para o alcance de metas estabelecidas nos seguintes Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS): educação de qualidade, trabalho decente e crescimento econômico, vida na água e vida terrestre, que integram a Agenda 2030. A finalidade é combater a pobreza e a desigualdade, assegurar o respeito aos direitos humanos,

contribuir para a conservação do meio ambiente, o aumento da biodiversidade e o enfrentamento e a adaptação às mudanças climáticas.

O edital é voltado para instituições sem fins lucrativos e as inscrições ficam abertas até o dia 11 de abril. Mais detalhes podem ser conhecidos no site da empresa. Para os projetos incentivados, o prazo vai até 30 de junho. Os projetos serão submetidos a etapas de triagem administrativa, técnica e a avaliação por uma comissão de seleção, formada por especialistas nas temáticas socioambientais, Poder Público e sociedade civil.

O presidente da Petrobras recebeu o CEO Mundial da Shell, Wael Sawan, e o presidente da Shell no Brasil, Cristiano Pinto da Costa. O encontro ocorreu

pela manhã no prédio da Petrobras em Brasília. Em seguida, os executivos participaram de reunião com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto. O Brasil é o primeiro país a ser visitado por Wael Sawan, desde que assumiu a liderança global da Shell em janeiro de 2023, o que demonstra a importância do Brasil no portfólio da empresa.

"Estamos aproximando a Petrobras das outras grandes empresas do setor para construir novas oportunidades de cooperação tanto no segmento de óleo e gás como para a transição energética. Essa iniciativa está dentro da minha nova abordagem de tratar diretamente com os CEOs globais das grandes empresas do segmento para avançarmos na transição

energética. Iremos ao Palácio do Planalto juntos para conversar com o Presidente Lula, um grande patrocinador dessa agenda", afirmou Prates.

"A Petrobras e a Shell – que está no Brasil há 110 anos – têm uma importante parceria baseada em cooperação e uma visão comum de promover novos investimentos. Nós mantemos uma relação próxima em operações e ações de desenvolvimento no setor petrolífero e na transição energética", pontuou o CEO da Shell, Wael Sawan.

Na gestão de Prates, a Petrobras usará o edifício da companhia de Brasília como representação institucional perante órgãos federais, legislativo, judiciário, além de local para encontro com representantes de outros países.

BAIXA RENDA

Tebet: todos os brasileiros estarão no Orçamento

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse na segunda-feira, 13, que por falta de comando no governo de Jair Bolsonaro, o Congresso se apossou do Orçamento Público e passou a aprovar projetos à revelia do Executivo. Agora, de acordo com Tebet, a partir da eleição de outubro, o Brasil passou a ter comando e que a primeira missão dada à ela pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, é para que nenhum brasileiro fique fora do Orçamento.

"O foco especial é nos pobres, que têm que constar no Orçamento, nas palavras do presidente. Mas eu acrescento que a primeira infância tem que constar no Orçamento", disse a ministra durante o evento "Plano de Voo 2023" da Amcham Brasil. Para Tebet, todos os brasileiros têm que estar no Orçamento, "mas na proporcionalidade de suas necessidades" e não no processo inverso que se tem hoje no Brasil, que tem políticas públicas ineficientes.

"Nós temos recursos gastos que atendem a uma minoria enquanto a maioria da população brasileira se encontra desassistida, se encontra dentro do que a gente chama de mapa da fome, desalojada e morando em barracas de lona nos grandes centros das cidades", criticou a ministra.

Nessa missão, disse Tebet, este será o ano do Plano Plurianual (PPA) que vai conduzir os destinos do Brasil pelos próximos quatro anos. "Nossa tarefa no ministério é dar arquitetura ao plano de voo. Normalmente a engenharia se dá à posteriori, a arquitetura se dá com o Plano Plurianual e ele vai deixar de fazer de conta como sempre foi feito no passado", comentou.

A ministra disse querer que o PPA seja participativo, onde todos serão ouvidos. "Não queremos que o PPA seja apenas uma carta de intenção para ser deixada nos gabinetes, nas gavetas dos ministérios. Esse é o trabalho que vamos fazer para que o Brasil possa decolar e para que todos os ministérios estejam envolvidos".

Simone Tebet falou ainda da importância da atuação do setor privado no papel da sua pasta de organizar o Orçamento Público Federal. "Reconheço que o Brasil não tem orçamento suficiente para prestar os serviços públicos de qualidade para a população brasileira. Tem que fazer isso junto com a iniciativa privada, dando suporte e condições para que a iniciativa privada possa fazer o seu dever de casa. Não podemos nos esquecer da Casa Civil na remodelagem das PPIs Parcerias Públicas Privadas que são tão importantes", disse.

A ministra do Planejamento e Orçamento disse ainda que está reiniciando a pasta depois de quatro anos da sua extinção, "o que significa que estamos tendo que trocar as rodas com o carro em movimento".

Tebet usou o tema do evento para dizer que o Ministério do Planejamento é dentro do governo a pasta responsável por planejar o plano de voo de todos os demais ministérios do governo federal. "O Planejamento é pautado pelos demais ministérios. Na verdade é uma convergência de esforços para que possamos o Brasil dos nossos sonhos", disse a ministra.

De acordo com Tebet, a função do seu ministério é evitar turbulências e evitar desperdícios de recursos públicos e propiciar segurança jurídica dentro do ambiente público e privado para que se construa previsibilidade e estabilidade.

DESENVOLVIMENTO

Economistas lançam manifesto em apoio às críticas de Lula à política do BC

Endossando as críticas feitas pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à política monetária contracionista do Banco Central (BC), economistas representantes do pensamento econômico desenvolvimentista encabeçaram e assinaram o manifesto "Taxa de Juros para a Estabilidade Dura-doura: manifesto de economistas em favor do desenvolvimento do Brasil". Puxado por economistas como Luiz Carlos Bresser-Pereira, Monica de Bolle, Luciano Coutinho, Luiz Gonzaga Belluzzo e Antonio Corrêa de Lacerda, o manifesto contava, até segunda-feira, 13, com mais de 2.400 assinaturas.

As críticas do presidente Lula à política monetária do BC ganharam força na segunda-feira da semana passada, durante a cerimônia de posse do petista Aloizio Mercadante como presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), um dia antes de o BC divulgar a ata do Copom.

Com base apenas no conteúdo do comunicado que se seguiu ao término do Copom na quarta-feira, 2, o presidente da República vociferou que a explicação para justificar a manutenção da Selic em 13,75% ao ano "é uma vergo-

na". Desde então se instalou no mercado financeiro um acalorado debate entre defensores do discurso de Lula e os apoiadores da política monetária.

O debate tomou várias direções na imprensa. Alguns especialistas entenderam que o debate iniciado por Lula é legítimo, mas que o timing da discussão não seria o mais correto e que antes seria preciso estabelecer um conjunto de regras fiscais, como vem prometendo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Outros disseram que Lula está correto, que a taxa nominal de juros está fora do lugar, e uma outra linha demonstrou contrariedade diante das palavras do mandatário, alegando que o embate é contraproducente e que, no fim, seria ruim para o próprio governo.

Na esteira deste debate é que economistas da linha desenvolvimentista acharam por bem elaborar o manifesto.

Segundo o documento, a eleição de outubro renovou as esperanças de que o Brasil possa reencontrar os caminhos para a estabilidade política e um lugar respeitável no mundo. O Brasil precisa de paz e de perspectivas. O mundo pre-

cisa da estabilidade do Brasil. O presidente Lula tem sabido enfrentar, desde 30 de outubro, alguns dos desafios mais sérios, a começar pela trama da contestação dos resultados das urnas e as arruaças promovidas pelos maus perdedores, bem como soube construir um orçamento viável para as emergências amplamente reconhecidas.

"O governo de amplo espectro mostra o compromisso com a inclusão e a governabilidade. Mas é preciso mais. A superação dos desafios brasileiros só pode ser alcançada com uma nova política econômica, promotora de crescimento e prosperidade compartilhada. A razoabilidade da taxa de juros é uma condição indispensável para a normalidade econômica. Sem isso, os investimentos perderão para as aplicações financeiras e as remunerações do trabalho e da produção vão perder para a especulação. A taxa de juros no Brasil tem sido mantida exageradamente elevada pelo Banco Central e está hoje em níveis inaceitáveis."

O manifesto afirma também que o discurso oficial em sua defesa não encontra nenhuma justificativa, seja no cenário internacional ou na teoria econômica e o debate precisa ser arejado pela experiência internacional. "Nenhum dos países dotados de recursos e economias estruturadas possui uma taxa de juros sequer próxima da que prevalece no Brasil e que o Banco Central pretende manter por longo período. E todos esses países reconheceram o caráter excepcionalíssimo do surto inflacionário recente, explicado pela pandemia e pelo conflito bélico, não por excesso de demanda."

O Brasil só poderá alcançar os objetivos da estabilidade econômica, política e institucional se juntos formos capazes de aumentar a produção e a produtividade, os empregos e os bons empregos, além dos serviços que são prestados à população e aos mais carentes. O estrangulamento das atividades produtivas e criadoras não é uma solução. As empresas precisam investir para aumentarem a produção e a qualidade e sustentabilidade dos seus produtos e o uso econômico da biodiversidade. As obras de infraestrutura precisam ser retomadas para proverem serviços com custos mais reduzidos para as empresas e as famílias. É no crescimento e no desenvolvimento que o Brasil pode superar as turbulências que nos afligiram.

ENGODO

Marinho: saque-aniversário atrapalha lógica da indústria

A possibilidade de pôr fim à medida gerou insatisfação no mercado, já que diversos empregados aderiram a empréstimos

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou na segunda-feira, 13, que o saque-aniversário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é um engodo. O dirigente da pasta foi alvo de críticas ao defender o fim da modalidade. "Acho que o saque-aniversário é um engodo porque atrapalha a lógica da indústria, porque vai enfraquecendo o fundo para investimento", disse o ministro durante reunião de diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Os recursos do FGTS são utilizados pelo governo federal para financiar programas de habitação e obras de saneamento e infraestrutura.

Ele também voltou a dizer que o saque-aniversário prejudica a função do fundo de servir como uma poupança para proteger o trabalhador na demissão. A possibilidade de pôr fim à medida gerou insatisfação no mercado, já que diversos empregados aderiram a empréstimos tendo o saque como garantia.

"Estou sendo atacado pelo povo do chamado mercado, mas aqui somos mercado, não somos?", disse, ao defender a revisão da modalidade. "Pessoal dos bancos está muito nervoso". No encontro, o ministro pediu apoio da indústria para enfrentar o tema.

O ministro afirmou ainda que até o sistema financeiro brasileiro enxerga que "não está certo" manter a taxa básica de juros, a Selic, a 13,75% e que a "mão está pesada demais".

Ele afirmou que existe um movimento em sintonia para trabalhar no processo de sensibilização da direção dos membros do Banco Central, visando



Marinho: "Banco Central autônomo para quê? Acho que para poder garantir que não tem influência indevida"

a redução da taxa que, segundo ele, compromete o desenvolvimento econômico do País. O patamar da Selic virou alvo de críticas por parte do governo federal e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"Banco Central autônomo para quê? Acho que para poder garantir que não tem influência indevida de governo no processo de estabelecimento das políticas, e não ao contrário", disse Marinho, reforçando que é preciso juntar forças nesse processo. "Juro de fato atrapalha", emendou.

Ao se referir às críticas feitas por Lula à Selic, Marinho lembrou que, no passado, o então

vice-presidente José de Alencar era o "porta voz" oficial nas queixas em relação ao patamar dos juros.

O ministro afirmou também que está trabalhando, junto com o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, sobre como readequar a Taxa de Longo Prazo (TLP) para que se torne atrativo para investimentos no País. "É uma coisa que nós queremos, estamos estudando como readequar para que a TLP de fato se torne de novo atrativo para investimento, que as empresas olhem como uma

possibilidade, que hoje eles estão espantando os investimentos para geração de emprego para valer", disse. A pauta gera interesse do segmento industrial.

De acordo com o ministro, a TLP hoje está praticamente igual à Selic e não promove atração para processo de investimento seguro.

Mercadante defendeu na semana passada, ao tomar posse no BNDES, mudanças na taxa. Ele negou, no entanto, a possibilidade de retomar a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que se mantinha sempre abaixo da Selic com subsídios do Tesouro.

PIB PIORA

Mercado eleva para 4% a previsão de inflação

Após mais uma semana de críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à condução da política monetária pelo Banco Central, as expectativas de inflação voltaram a piorar no Boletim Focus. A projeção para o IPCA - índice oficial de inflação - deste ano oscilou de 5,78% para 5,79%, contra 5,39% há um mês. Para 2024, horizonte cada vez mais relevante para a estratégia de convergência à inflação do BC, a projeção avançou de 3,93% para 4,00%, de 3,70% há quatro semanas.

Considerando somente as 69 estimativas atualizadas nos últimos 5 dias úteis, a mediana para 2023 passou de 5,78% para 5,77%. Para 2024, seguiu em 4,00%, considerando 65 atualizações no período.

Atualmente, o foco da política monetária está nos anos de 2023 e, com maior peso, de 2024. A mediana na Focus para a inflação oficial em 2023 está bem acima do teto da meta (4,75%), apontando para três anos de descumprimento do mandato principal do Banco Central, após 2021 e 2022. Para 2024, a mediana está acima do centro da meta (3,00%), mas ainda dentro do intervalo que vai de 1,50% a 4,50%.

Na Focus divulgada na segunda-feira, a mediana para o IPCA de 2025 aumentou de 3,50% para 3,60%, de 3,50% há um mês. Da mesma forma, a estimativa para o IPCA de 2026 se manteve em 3,50%, contra 3,22% um mês antes. A meta para 2025 é de 3,00% (margem de 1,50% a 4,50%). Ainda não há objetivo definido para 2026.

No Comitê de Política Monetária (Copom) deste mês, o BC atualizou suas projeções para a inflação no cenário de referência com estimativas de 5,6% em 2023 e 3,4% para 2024. O colegiado ainda inseriu um cenário alternativo, em que a Selic fica estável por todo o horizonte relevante. Nesse cenário, as projeções são de 5,5% para 2023 e 2,8% para 2024. O Copom manteve a Selic em 13,75% ao ano pela quarta vez seguida. O Boletim Focus mos-

trou ligeira piora no cenário de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2023. A mediana para a alta do PIB em 2023 passou de 0,79% para 0,76%, contra 0,77% há um mês. No entanto, considerando apenas as 42 respostas nos últimos cinco dias úteis, a estimativa para o PIB no fim de 2023 passou de 0,70% para 0,78%.

Apesar de não ter sido divulgado ainda, o PIB de 2022 não faz mais parte do boletim. Para 2024, o Relatório Focus mostrou estabilidade na perspectiva de crescimento do PIB em 1,50%, mesma projeção de um mês atrás.

Para 2025, a mediana passou de 1,89% para 1,85%, contra 1,90% de quatro semanas antes. O boletim ainda trouxe a estimativa para 2026, que está em 2,00% há 48 semanas.

A projeção para o déficit nominal em 2023 melhorou de uma semana para a outra no Boletim Focus. A mediana deficitária passou de 8,10% para 8,00% do PIB este ano. Há um mês, a mediana era negativa em 8,25% do PIB.

No relatório, a projeção de déficit primário em 2023 continuou em 1,10% do PIB, de 1,19% quatro semanas antes.

O resultado primário reflete o saldo entre receitas e despesas do governo, antes do pagamento dos juros da dívida pública. Já o resultado nominal reflete o saldo já após as despesas com juros.

Em relação ao indicador que mede a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB para 2023, a estimativa aumentou de 61,45% para 61,50% do PIB, de 61,85% há um mês.

Os economistas do mercado financeiro aumentaram a estimativa de déficit em conta corrente do balanço de pagamentos para 2023 no Boletim Focus. A mediana deficitária para este ano passou de US\$ 47,00 bilhões para US\$ 50,00 bilhões, de US\$ 46,00 bilhões um mês atrás.

Para a balança comercial, a projeção passou de US\$ 57,60 bilhões para US\$ 57,20 bilhões, contra também US\$ 57,20 bilhões há um mês.

INVESTIMENTOS**SEGURANÇA E RISCOS DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA**

por
Victor Nunes



Consultor em
Finanças, Mestre em
Administração de
Empresas e Professor
universitário

CONFORME ESPECIFICADO nos artigos das quatro últimas semanas, o rendimento contratado para um título de renda fixa depende de condições que variam de papel para papel, de prazo para prazo e de emissor para emissor, dentre outras variáveis, que também podem impactar as taxas de juros do mercado, sendo que, usualmente, os investimentos em renda fixa ofertam remunerações baseadas em alguns indicadores de referência, caracterizando as operações de renda fixa pós-fixadas, com destaque para: (1) a taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia); (2) a taxa do CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro); e (3) a variação do IPCA, que é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; assim como, em complemento, os investimentos em renda fixa podem ofertar remunerações prefixadas, tais como, por exemplo, remuneração de 10% ao ano, 12% ao ano ou 14% ao ano. De fato, existe uma ampla variedade de alternativas de investimento em renda fixa, tanto com relação às formas de remuneração, quanto com relação aos títulos disponíveis no mercado, sendo que o segmento pode ser considerado a mais relevante categoria de investimento, uma vez que reúne diversos produtos diferentes, com destaque para os seguintes principais tipos de investimento em renda fixa, destacados nos dois artigos mais recentes: (1) Títulos Públicos; (2) Cademeta de Poupança; (3) CDBs (Certificados de Depósitos Bancários); (4) debêntures; (5) LCIs (Letras de Crédito Imobiliário); (6) LCAs - Letras de Crédito do Agronegócio; (7) LIGs (Letras Imobiliária Garantida); (8) CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliários); e (9) CRAs (Certificados de Recebíveis do Agronegócio).

EMBORA SEJAM APLICAÇÕES mais previsíveis do que as de renda variável, os investimentos em renda fixa não são livres de riscos. O mais evidente deles é o risco de crédito, que envolve a possibilidade de perdas causadas pela incapacidade financeira da empresa emissora do título em honrar os compromissos de pagamento de juros ou de amortização ou resgate do principal nas datas previamente contratadas. De fato, todas as aplicações de renda fixa estão sujeitas, em maior ou em menor grau, ao risco de crédito, cabendo destacar, por oportuno, que é possível mitigar este risco escolhendo, por exemplo, papéis emitidos por empresas com um "rating" - nota de risco de crédito atribuída por agências especializadas - elevado. Neste contexto, um emissor de um título de crédito classificado com um "rating" "AAA" (também conhecido como "triple A") apresenta, em tese, um risco menor do que outro emissor de um título de crédito classificado com um "rating" "AA" ou "A", e estes, ainda, por sua vez, apresentam um risco menor do que um emissor de um título de crédito classificado com um "rating" "B". Em adição, também são considerados mais seguros os títulos de renda fixa que possuam proteção do FGC (Fundo Garantidor de Crédito).

OUTRO RISCO, TAMBÉM presente nos investimentos de renda fixa, é o denominado risco de mercado - ou seja, o risco de que as condições do mercado afetem o valor dos papéis. Este risco é mais alto nos ativos com taxas de remuneração prefixadas e ocorre na situação em que o investidor quer ou precisa resgatar os recursos financeiros investidos antes do vencimento. Neste caso, será neces-

sário vender os papéis pelo valor atual de negociação, no mercado - sendo que esta cotação de momento pode ser mais alta ou mais baixa do que a cotação que foi registrada na época do investimento. Isto pode acontecer porque o rendimento acertado previamente, quando foi realizado o investimento, será efetivamente apurado apenas no caso de a aplicação ser mantida até a data do vencimento, também anteriormente especificada. Imagine, por exemplo, que a taxa básica de juros tenha subido no período, para um patamar acima do praticado na época em que o investimento foi contratado. Quando isto acontece, os títulos antigos tendem a perder valor - quem, afinal, vai se interessar por um papel que oferece uma taxa de juros mais baixa do que a vigente? Um impacto semelhante ocorre com os títulos de renda fixa prefixados quando a taxa de inflação aumenta. No ajuste, eles perdem valor, já que o retorno real - ao descontar o efeito da alta dos preços da economia - se torna menos interessante.

INVESTIMENTOS DE renda fixa podem estar sujeitos, ainda, ao risco de liquidez, que é o grau de dificuldade para converter uma aplicação em dinheiro vivo. Uma debênture que seja pouco negociada no mercado, por exemplo, tem um risco de liquidez maior do que o de um título público negociado no Tesouro Direto, que normalmente pode ser transacionado com relativa facilidade. O risco de liquidez é uma forma de avaliar em quanto tempo, e sob quais condições, um investidor poderá resgatar ou transferir determinado título ou investimento. Quanto mais alto é o risco, maior será a chance de perder dinheiro, caso se precise negociar rapidamente. A liquidez, por

si só, indica de que forma o investidor consegue transformar um ativo em dinheiro. O resgate de um título público negociado no Tesouro Direto e a venda de uma casa, por exemplo, possuem condições de liquidez completamente diferentes. No primeiro caso, o investidor recebe o dinheiro em até um dia útil, enquanto, no segundo caso, pode levar meses, talvez até anos, para que o investidor possa receber os recursos financeiros de uma alienação de um imóvel. Existem algumas possíveis classificações sobre a liquidez, que são conhecidas no momento de escolher um determinado investimento. Existem investimentos com liquidez em "D+0" (ou "D0"), caracterizados por uma liquidez imediata, ou seja, os recursos financeiros são recebidos assim que a negociação de venda é concluída. É o caso de alguns CDBs e fundos de investimento; existem outros investimentos com liquidez em "D+1" (ou "D1"), caracterizados por uma liquidez diária, em que o investidor recebe no primeiro dia útil seguinte ao pedido de resgate ou da venda; existem investimentos com liquidez em "D+30" (ou "D30"), caracterizados por uma liquidez em 30 dias corridos; e existem, dentre outros inúmeros casos, investimentos com liquidez no vencimento, caso de diversos investimentos, tais como, por exemplo, CDBs e Letras de Crédito.

ALÉM DOS TRÊS RISCOS especificados neste artigo (o risco de crédito, o risco de mercado e o risco de liquidez) existem muitos outros tipos de risco que são aplicáveis aos investimentos do segmento de renda fixa, sendo altamente recomendável que o investidor realize uma criteriosa análise antes de decidir pela realização de uma aplicação no mercado financeiro, qualquer que seja o segmento escolhido.

VIGILÂNCIA

Governo americano diz que óvnis abatidos eram balões

A derrubada de balões na costa dos EUA levantaram preocupações de segurança na América do Norte e pioraram as já tensas relações com a China

Os óvnis derrubados ao longo da última semana nos espaços aéreos de Estados Unidos e Canadá eram balões, informou o governo americano. Os dois objetos, derrubados na sexta-feira 10 e no sábado 11, eram menores do que o balão chinês abatido dias antes equipado com dispositivos para coletar informações de inteligência.

A informação foi confirmada pelo líder da maioria no Senado, o democrata Chuck Schumer, no domingo, durante o programa This Week, da rede de televisão ABC. Schumer havia conversado com o conselheiro de segurança nacional do presidente Joe Biden, Jake Sullivan.

A derrubada de balões na costa dos EUA, sobre o Alasca, Michigan e o Canadá, levantaram preocupações de segurança na América do Norte e pioraram as já tensas relações com a China. "Eles acreditam que eram (balões), sim, mas muito menores que o primeiro. Até alguns meses atrás, não sabíamos desses balões. Nossa inteligência e nossos militares não sabiam. Isso remonta ao presidente Trump, pelo menos três vezes", disse o senador.

Os governos de EUA e Canadá começaram as buscas pelos destroços dos objetos derrubados no fim da semana passada para determinar a finalidade e a origem dos balões. O governo da China admitiu apenas que o primeiro objeto era procedente do país.

A China alegou que os Estados Unidos lançaram balões de alta altitude para seu espaço

aéreo mais de dez vezes desde o início de 2022. O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Wang Wenbin, disse em coletiva de imprensa que os balões dos EUA voavam regularmente pelo espaço aéreo de outros países sem permissão.

É a primeira vez que a China faz tal acusação desde que um suposto balão de vigilância chinês foi avistado sobre os EUA no início deste mês e depois abatido na costa da Carolina do Sul. "A primeira coisa que os Estados Unidos precisam fazer é mudar seus hábitos e refletir sobre si mesmos, e não difamar e incitar o confronto", disse Wang.

O porta-voz não forneceu detalhes sobre como a China respondeu aos supostos voos de balão dos EUA na época, além de dizer que a China lidou com o assunto de forma responsável e profissional. Ele disse que os EUA agiram ilegalmente, sem detalhar quais leis os balões podem ter desrespeitado e de que maneira.

O Pentágono e o Departamento de Estado não responderam aos pedidos de comentários feitos pela reportagem. Nos últimos dias, os EUA derrubaram objetos não identificados no Alasca e sobre o Lago Huron, além de outro sobre o território canadense de Yukon.

Questionado sobre como a China respondeu às supostas incursões, Wang respondeu que a "gestão (dos incidentes) por parte de Pequim foi responsável e profissional".

O governo americano reforçou a vigilância do espaço aéreo, ao mesmo tempo que aumenta



VanHerck disse que as Forças Armadas concluíram que não havia indícios de qualquer ameaça aos EUA

o número de incursões aéreas, das quais a China nega ter conhecimento. O Pentágono afirmou no domingo que ainda não tem detalhes sobre os outros três objetos que foram derrubados: um na sexta-feira sobre o Alasca, outro no sábado

sobre o território canadense de Yukon e o mais recente no domingo sobre o lago Huron.

O general Glen VanHerck, chefe do Comando Norte dos Estados Unidos, disse que depois de enviar aviões para inspecionar o objeto mais recente,

as Forças Armadas concluíram que não havia indícios de qualquer ameaça, assim como nos objetos anteriores. "O que estamos vendo são objetos muito, muito pequenos que produzem uma seção transversal de radar muito, muito baixa", disse.

DESACELERAÇÃO

UE prevê crescimento mais forte e inflação menor

A zona do euro deverá crescer mais do que se esperava este ano, evitando uma recessão técnica, mas a perspectiva do bloco segue fraca, uma vez que a inflação elevada e agressivas altas de juros deverão afetar a atividade econômica, segundo documento de projeções econômicas da Comissão Europeia publicado na segunda-feira, 13.

Na edição de inverno de seu relatório de projeções, a Comissão - braço executivo da União Europeia - agora espera que o Produto Interno Bruto (PIB) da zona do euro cresça 0,9% em 2023. Em novembro, a previsão era de alta bem mais modesta, de 0,3%.

O melhor desempenho se deve à desaceleração dos preços de energia, que ajudou a reduzir as pressões inflacionárias nos últimos meses.

"A diversificação contínua das fontes de abastecimento e uma queda acentuada no consumo deixaram os níveis de armazenamento de gás acima da média sazonal dos últimos anos, e os preços do gás no atacado cairam bem abaixo dos níveis pré-guerra", diz a Comissão, referindo-se ao conflito da Rússia na Ucrânia.

Embora a perspectiva para 2023 tenha melhorado, o ganho de 0,9% do PIB esperado para este ano marca um forte arrefecimento em relação à expansão de 3,5% que a zona do euro registrou em 2022.

"À medida que as pressões inflacionárias persistirem, o aperto monetário deve continuar, pesando sobre a atividade empresarial e exercendo impacto nos investimentos", diz o relatório.

No começo de fevereiro, o Banco Central Europeu (BCE) elevou sua taxa de juros para depósitos em 50 pontos-base, a 2,50%, e previu um aumento da mesma magnitude para março. Para 2024, a Comissão reiterou projeção de que o PIB da zona do euro deverá crescer 1,5%.

Já a inflação da zona do euro deverá permanecer alta este ano, mas não tanto quanto se imaginava três meses atrás.

Com a moderação dos preços de petróleo e do gás, a Comissão prevê agora que o índice de preços ao consumidor (CPI, pela sigla em inglês) da zona do euro subirá 5,6% em 2023, ante projeção anterior de 6,1%. Para o próximo ano, a previsão do CPI foi levemente ajustada para baixo, de 2,6% a 2,5%.

Ainda no relatório, a Comissão avalia que o pico do CPI na zona do euro provavelmente ficou para trás, após três meses consecutivos de desaceleração. Por outro lado, o núcleo do CPI, que desconsidera preços de energia e alimentos, ainda não chegou ao ápice, diz o braço executivo da UE.

Após atingir recorde histórico de 10,6% em outubro do ano passado, o CPI da zona do euro perdeu força nos meses seguintes, chegando a 8,5% em janeiro. A taxa, no entanto, segue muito acima da meta de inflação do BCE, que é de 2%.

O vice-presidente do Banco Central Europeu (BCE), Luis de Guindos, disse na segunda-feira, 13, que futuras decisões sobre altas de juros "depois de março irão depender dos dados" econômicos. Ele ressaltou que a inflação na zona do euro segue muito acima da meta oficial de 2%, embora tenha desacelerado nos últimos três meses.

No começo de fevereiro, o BCE elevou suas principais taxas de juros em 50 pontos-base e previu um aumento da mesma magnitude para março.

INCERTEZAS

Diretora do Fed diz que taxas de juros nos EUA devem continuar a avançar

A diretora do Federal Reserve Bank (Fed, o banco central dos Estados Unidos) Michelle Bowman previu na segunda-feira, 13, que as taxas de juros do país continuarão subindo para que a instituição consiga cumprir sua meta de inflação de 2%. Ela, que falou durante evento da Associação Americana de Banqueiros (ABA, pela sigla em inglês), disse acreditar ser ainda viável que o Fed consiga garantir um "pouso suave" da economia, acrescentando que o mercado de trabalho está muito forte e a inflação está moderando, embora não no nível que "gostaríamos de ver".

Michele Bowman também comentou que o futuro da política monetária do Fed depende de novos dados econômicos e que vários indicadores serão divulgados até a próxima reunião do Fed, marcada para 21 e 22 de março.

A diretora disse ainda que a instituição segue muito distante de atingir a estabilidade dos preços e previu que mais aperto monetário será necessário para trazer a inflação norte-americana à meta oficial de 2% do Fed. Ela avaliou também que as perspectivas econômica e de inflação dos EUA seguem muito incertas.

"(Diante disso), minhas opiniões sobre a trajetória futura da

política monetária continuarão a ser guiadas pelos dados recebidos e suas implicações para as perspectivas", afirmou Michele.

Ela disse ainda esperar que os atuais aumentos de juros do Fed sejam apropriados para trazer as taxas a um "nível suficientemente restritivo".

Segundo a diretora, os juros terão de permanecer nesse patamar "por algum tempo" para que a estabilidade de preços seja restaurada.

O Federal Reserve de Nova York informou, em comunicado na segunda-feira, que as expectativas de inflação nos Estados Unidos seguem, no geral, estáveis nos horizontes de curto, médio e longo prazo. Os dados são de pesquisa referente a janeiro, que contou com a participação de cerca de 1,3 mil chefes de família e tem representatividade nacional.

Segundo o levantamento, a mediana da expectativa inflacionária em um ano permaneceu em 5,0%, enquanto a de três anos recuou de 2,9% para 2,7% e a de cinco anos subiu de 2,4% a 2,5%.

O Fed de NY acrescentou que as expectativas de emprego e finanças de famílias também continuaram estáveis, com exceção da expectativa para crescimento da renda, que caiu "substancialmente" em janeiro.



Michele Bowman comentou que o futuro da política monetária do Fed depende de novos dados econômicos

CONDENAÇÃO

AGU determina que 54 radicais e três empresas paguem R\$ 20,7 milhões

O pedido atinge pessoas e empresas envolvidas no fretamento dos ônibus que levaram manifestantes a Brasília para participar dos atos golpistas, que causaram prejuízos ao País

A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu que 54 pessoas, três empresas de transporte, uma associação e um sindicato sejam condenados a pagar R\$ 20,7 milhões pelos protestos golpistas do dia 8 de janeiro passado na Praça dos Três Poderes. Trata-se do primeiro pedido de condenação definitiva pelos atos de vandalismo. A AGU move outras quatro ações contra suspeitos de financiar ou participar das manifestações extremistas.

O pedido atinge pessoas e empresas envolvidas no fretamento dos ônibus que levaram manifestantes a Brasília para participar dos atos golpistas. A Associação Direita Cornélio Procópio e o Sindicato Rural de Castro (PR) também estão no polo passivo.

O documento foi enviado à Justiça Federal do Distrito Federal e afirma que todos tinham "consciência" do risco de violência. A AGU menciona as publicações feitas para chamar os manifestantes, que já faziam referência a uma "tomada de poder".

"Fato que demonstra uma articulação prévia ao movimento com finalidade não ordeira, sendo o financiamento do transporte um vetor primordial para que ele ganhasse corpo e se materializasse nos termos ocorridos", diz um trecho do pedido.

"Num regime democrático, como no sistema brasileiro, contraria os costumes da democracia e a boa-fé a convocação e financiamento de um movimento ou manifestação com intento de tomada do poder, situação essa que evidencia a ilicitude do evento ocorrido", acrescenta a AGU. A AGU explica que o valor de R\$ 20,7 milhões tem como referência cálculos de prejuízos efetuados pelo Supremo Tribunal Federal, Palácio do Planalto, Câmara dos Deputados e Senado Federal e "é o valor que a Advocacia-Geral da União reputa como dano material já



Atos golpistas em Brasília: o documento foi enviado à Justiça Federal do Distrito Federal e afirma que todos tinham "consciência" do risco de violência provocado

VEJA AS PESSOAS E EMPRESAS ACIONADAS PELA AGU

Adailton Gomes Vidal,
Ademir Luis Graeff
Adolito Fernandes Coronel
Adriane De Casia Schmatz Hagemann
Adriano Luis Cansi
Alethea Veruska
Amir Roberto El Dine
Aparecida Solange Zanini
Bruno Marcos De Souza Campos,
Carlos Eduardo Oliveira
Cesar Pagatini
Claudia Reis De Andrade
Daniela Bernardo Bussolotti
Dyego Primolan Rocha
Fernando Jose Ribeiro Casaca

Franciely Sulamita de Faria
Genival Jose da Silva
Hilma Schumacher
Jasson Ferreira Lima
Jean Franco de Souza
João Carlos Baldan
Jorge Rodrigues Cunha
José de Oliveira
José Marcolino Ramos
José Roberto Bacarin
Josiany Duque Gomes Simas
Leomar Schinemann
Marcelo Panho
Marcia Regina Rodrigues
Marcio Vinicius Carvalho Coelho

Marco Antonio de Souza
Marcos Oliveira Queiroz
Marlon Diego de Oliveira
Michely Paiva Alves
Monica Regina Antoniazzi
Nelma Barros Braga Perovani
Nelson Eufrosino
Pablo Henrique da Silva Santos
Patricia dos Santos Alberto Lima
Pedro Luis Kurunzi
Rafael da Silva
Rieny Munhoz Marcula
Rosângela de Macedo Souza
Ruti Machado da Silva
Sandra Nunes de Aquino

Selma Borges Pereira Fioreze, Sheila Ferrarini, Sheila Mantovanni
Stefanus Alexssandro Franca Nogueira
Sulani da Luz Antunes Santos
Valfrido Chieppe Dias
Vanderson Alves Nunes
Yres Guimaraes

EMPRESAS

Zilda Aparecida Dias Alves Transportes Ltda
Associação Direita Cornélio Procópio
Primavera Tur Transporte Eireli,
Rv da Silva Serviços Florestais Ltda e
Sindicato Rural de Castro.

incontroverso, sem prejuízo de, no curso da instrução processual, serem produzidos novos elementos de provas demonstrando um dano ainda maior ao patrimônio público".

Por fim, a Advocacia-Geral solicita retificações para que os réus permaneçam listados apenas na ação civil pública, considerando que alguns requeridos na ação cautelar origi-

nal prestaram esclarecimentos e demonstraram não ter envolvimento com os atos do dia 8 de janeiro, inclusive, em alguns casos, indicando quem foram os reais contratantes dos ônibus.

No total, a AGU já ingressou com quatro ações contra acusados de financiar ou participar diretamente dos atos do dia 8 de janeiro. Em três delas a

Justiça já determinou cautelarmente o bloqueio de bens dos envolvidos para que, em caso de condenação posterior, os valores sejam utilizados para ressarcir o patrimônio público.

Respondem a essas ações 178 pessoas físicas, além das três empresas, uma associação e um sindicato já mencionados. A AGU também deve ingressar em breve com pedido para

converter em ação civil pública as outras três cautelares, que dizem respeito aos presos em flagrante pela depredação dos prédios da Praça dos Três Poderes.

Desde que o presidente Lula foi eleito em segundo turno, no final de outubro, apoiadores do ex-presidente Bolsonaro demonstravam inconformismo com o resul-

tado do pleito e pediam um golpe militar no país, para depor o governo eleito democraticamente.

As manifestações do final de 2022 incluíram acampamentos em diversos quartéis gerais do país e culminaram com a invasão e depredação das sedes dos Três Poderes da República, no dia 8 de janeiro.

ECONOMIA CIRCULAR

Lula diz que população precisa cobrar sempre os governantes

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a dizer na segunda-feira (13) que a população precisa cobrar as autoridades pela entrega de políticas públicas. "Vocês não podem se contentar com as poucas coisas que a gente oferece. É preciso que vocês se organizem mais", disse o petista durante cerimônia de assinatura dos decretos de recriação do Programa Pró-Catador e de revisão do Programa Recicla+, no Palácio do Planalto.

A solenidade contou com a participação da ex-presidente Dilma Rousseff, do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e dos ministros Fernando Haddad (Fazenda), Marina Silva (Meio Ambiente), Jader Filho (Cidades) e Márcio Macêdo (Secretaria-Geral da Presidência).

"O governo pretende promover uma cultura de protagonismo e em defesa dos direi-

tos dos catadores na cadeia de reciclagem", explicou o Palácio do Planalto em nota. No evento, Marina Silva elogiou os decretos. "São uma forma de cuidar do meio ambiente ao mesmo tempo em que cuida das pessoas", afirmou a ministra.

Lula assinou decreto que institui o Programa Diogo Sant'ana Pró-Catadoras e Catadores para a Reciclagem Popular, uma atualização do antigo Programa Pró-Catador, extinto em 2020. O objetivo é colocar novamente os catadores como atores centrais na cadeia de reaproveitamento de materiais recicláveis e reutilizáveis no Brasil e realizar uma mudança no modelo atual de economia circular e logística reversa do país.

Lula também assinou decreto que revê conceitos da logística reversa, que revoga o programa Recicla+, lançado no ano passado, e institui três novos

instrumentos: o Certificado de Crédito de Reciclagem; o Certificado de Estruturação e Reciclagem de Embalagens em Geral; e o Crédito de Massa Futura.

Marina Silva destacou que os catadores fazem a parte mais importante e mais difícil do gerenciamento de resíduos, "coletando materiais nas ruas, em pontos de coletas seletivas e até mesmo em circunstâncias bastante penosas e inaceitáveis, como é o caso dos lixões".

"Graças ao trabalho deles é possível que grande parte dos resíduos retornem ao ciclo produtivo como matéria-prima, diminuindo a emissão de gases e evitando que sejam depositados em lixões, contaminando o solo, a água e causando doenças", disse. "Ao mesmo tempo, fazer apoio a esse segmento da sociedade é um benefício social, ambiental e compromisso ético e político de cuidar do meio

ambiente ao mesmo tempo em que se cuida das pessoas", completou.

Segundo Marina, os dois decretos trazem instrumentos que possibilitarão aos catadores receber um adicional à renda. "É que esse pagamento possa ser feito de forma a que o catador não tenha que ficar dependendo apenas daquele que vai comprar o seu material, porque antecipadamente ele já tem esse direito como se fosse uma espécie de crédito pelo trabalho que presta", explicou.

A ministra destacou ainda que dar protagonismo à classe dos catadores é uma forma de combater o racismo ambiental. "A maior parte das pessoas que trabalham com materiais recicláveis são pessoas pretas, sobretudo mulheres chefes de famílias, que são obrigadas a buscar essa alternativa para poder sobreviver", disse. "Por isso,

quando se faz políticas públicas que restauram a dignidade, que os tratam como profissionais, que os remuneram para além dos materiais que são coletados, mas pelo trabalho que prestam de serviços ambientais à comunidade, é uma forma de combater o racismo ambiental", ressaltou.

Os decretos foram elaborados por um grupo técnico de trabalho coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República. O grupo contou, em 12 reuniões, com a participação de representantes das cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e do setor empresarial que atua na política de logística reversa, além de membros convidados de oito órgãos governamentais.

Para o ministro da Secretaria-Geral, Márcio Macêdo, os catadores realizam um serviço de utilidade pública de preservação ambiental e não podem estar no mesmo patamar que empresas e cooperativas de catadores na cadeia da logística reversa, que tem tecnologia para processar os materiais. Ainda assim, segundo ele, é preciso "reconhecer o papel das empresas na medida correta da sua contribuição, da importância da reciclagem para alavancar a economia".

"O novo decreto reconhece o papel das empresas, recoloca os atores centrais do processo de reciclagem no seu devido lugar, ajusta os mecanismos da logística reversa para que catadores, individualmente ou em cooperativas, possam continuar exercendo sua profissão com dignidade", disse.

Segundo Macêdo, as instituições financeiras - BNDES, Caixa e Banco do Brasil - se colocaram à disposição para criarem medidas indutoras e linhas de financiamento para execução dos projetos do Programa Pró-Catador para reciclagem popular, para dar iguais condições de se tornarem empreendedores nas mesmas condições que a indústria. Entre os projetos, ele citou construção e ampliação de unidades de recuperação de recicláveis, aquisição de equipamentos e de veículos para coleta e transporte de materiais.

"É fundamental ter apoio financeiro de implementação de projetos de coleta e reciclagem, contemplando intervenções que visam contribuir para aumentar postos de trabalho e capacidade de beneficiamento dos resíduos passíveis de reciclagem, bem como melhorar as condições de trabalho e renda dos catadores", disse Macêdo.

ALTA GASTRONOMIA

Mourão gasta R\$ 3,8 milhões com viagens, alimentação e hospedagem

O vice-presidente recorria à Ueda Pescados e ao La Palma, empresas que costumavam abastecer o clã Bolsonaro. Só com o La Palma gastou R\$ 89 mil

O senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) gastou R\$ 3,8 milhões com o cartão corporativo da Vice-Presidência da República ao longo dos quatro anos de mandato em que esteve ao lado de Jair Bolsonaro (PL). O general da reserva superou as despesas feitas por Michel Temer (MDB) no mesmo cargo. Somente em 2022, ano em que disputou e venceu a disputa para o Senado, os gastos de Mourão somaram R\$ 1,5 milhão.

Os dados disponíveis nos registros do governo federal mostram despesas da Vice-Presidência entre 2013 e 2022. Mourão ocupou o posto de 2019 a 2022; Michel Temer de 2013 a 2016. Em valores corrigidos pela inflação, o vice de Bolsonaro gastou ao todo R\$ 4.195.038,46, enquanto o vice de Dilma Rousseff, R\$ 3.465.743,62. A diferença de despesas é de R\$ 729.294,84. Temer nunca ultrapassou a cifra de R\$ 1 milhão em despesas por ano. Ele ficou perto disso, em 2013 e 2016, quando gastou respectivamente R\$ 901 mil e R\$ 915 mil, em valores atualizados. Já Mourão superou a marca nos últimos dois anos no cargo.

As principais despesas do ex-vice de Bolsonaro estão relacionadas a alimentação, hospedagens e viagens. Repetem-se nos gastos do general da reserva compras em supermercados - alguns deles gourmets -, peixarias, hotéis, empresas de fornecimento de alimentação a bordo e até clínicas e hospitais, no Brasil e no exterior.

Os dados foram obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI) e consultados



Hamilton Mourão gastou R\$ 518 em lojas especializadas em manutenção e venda de bicicletas em Brasília

pela reportagem em parceria com a Fiquem Sabendo, agência de dados especializada no acesso a informações públicas. As informações foram publicadas com o fim do mandato.

Seis empresas receberam mais de R\$ 100 mil cada do vice-presidente ao longo dos quatro anos de governo. São elas: o Mercadinho La Palma (R\$ 311.498,83), o Pão de Açúcar (R\$ 282.421,49), a Super Adega (R\$ 264.391,34), o Big Box (R\$ 241.197,16), a Atlântica Hotéis (R\$ 204.080,15) e a International Meal Company (R\$ 102.071,53), empresa que fornece comissaria aérea.

Mourão também recorria à Ueda Pescados e ao La Palma, empresas que costumavam abastecer o clã Bolsonaro no Palácio da Alvorada. O La Palma, que vende produtos para a alta gastronomia, lidera as despesas

do ex-vice-presidente. A peixaria levou R\$ 89 mil.

O cartão corporativo do vice pagou ainda despesas ordinárias. Como R\$ 205 na Açai Capital, loja especializada na venda do produto rico em antioxidantes. Também há gastos de R\$ 551 na sorveteria Brazilian Ice Cream e de R\$ 1,3 mil na padaria francesa La Boutique. Todos em 2019. Além de R\$ 9,3 mil na doceria Sweet Cake.

Ciclista amador, Mourão gastou R\$ 518 em lojas especializadas em manutenção e venda de bicicletas em Brasília. Ele costumava pedalar nos fins de semana no entorno do Palácio do Jaburu - residência oficial da Vice-Presidência -, acompanhado de guarda-costas.

Durante viagens internacionais, as maiores despesas eram com hotéis e alimentação aérea. Mas os documen-

tos também registram idas a restaurantes. Em Lisboa, por exemplo, a conta no tradicional Gambrinus foi de R\$ 1.043.

Como vice-presidente, Mourão tinha a prerrogativa de usar o avião presidencial, um Embraer 190 - VC-2, em todos os deslocamentos, para fins públicos ou privados, mesmo agendas de campanha. Essa pode ser uma explicação para as despesas elevadas.

Ao contrário do antecessor, Michel Temer, que reclamava ser "decorativo", Mourão desempenhou papel diplomático durante o governo Bolsonaro. Cumpriu agendas no exterior e no Brasil, viajou a posses presidenciais e chefiou o Conselho da Amazônia. Em mais de uma ocasião, organizou viagens com diplomatas estrangeiros à floresta.

Os extratos obtidos pela

reportagem mostram uma ampla gama de produtos e serviços adquiridos por Mourão com o cartão corporativo da Vice-Presidência da República. Além de alimentos, diárias de hotéis, remédios e atendimentos médicos, odontológicos e laboratoriais, o general da reserva usou o cartão para locação de carros, compra de sementes, mudas e insumos, material esportivo, lojas de móveis e manutenção do lar.

O uso do cartão corporativo para pagar despesas pessoais é autorizado pelo governo. Bolsonaro comprou de medicamentos a material para pesca. O ex-presidente disse várias vezes que não usava a forma de pagamento.

Apesar das diretrizes da Controladoria-Geral da União (CGU) para que os órgãos do governo facilitem o acesso a informações públicas, na prática a ausência de normativas específicas permite que setores da máquina pública sigam impondo regras não previstas, que criam obstáculos à consulta a notas fiscais.

Um relatório enviado à reportagem pela Vice-Presidência da República indica que existem 234 processos arquivados em meios físicos, com 3.455 notas fiscais. A reportagem pediu para consultar o acervo presencialmente, uma opção prevista na LAI, mas o governo disse que só poderia dar acesso a cinco arquivos por vez. Dessa forma, a consulta a toda a documentação exigiria 46 visitas ao arquivo.

Procurado, Mourão afirmou que o cartão corporativo não ficava com ele. "Existiam agentes que recebiam suprimentos de fundos, seja para as despesas do Palácio Jaburu, seja para as viagens", disse à reportagem.

PROCESSOS PARALISADOS

Juízes e servidores resistem à volta do trabalho presencial

Quase três anos após o início da pandemia da covid-19, magistrados e servidores do Poder Judiciário resistem à volta das atividades presenciais, enquanto há varas e tribunais esvaziados pelo País. Advogados não encontram juízes e denunciam processos paralisados, além de longa espera por uma audiência.

Associações e sindicatos se insurgiram contra uma ordem de retorno aos postos de trabalho imposta pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Servidores reclamam de prejuízos à "rotina" e ao "ambiente familiar" daqueles que moram fora das comarcas e usam como argumento, inclusive, a "vida organizada no exterior".

A decisão contestada é do CNJ, de 17 de novembro de 2022. Sob o comando da ministra Rosa Weber, os conselheiros derrubaram resoluções de 2020, do ex-presidente Dias Toffoli, que permitiram o adiamento de atos processuais e o teletrabalho. A nova resolução determina o prazo de 60 dias para o estabelecimento da rotina pré-pandemia, que se esgota na quinta-feira.

O colegiado também mudou uma resolução de 2016 sobre o teletrabalho de servidores e impôs que a modalidade seja limitada a 30% dos quadros das

varas e Cortes. Ficou decidido ainda que seria criado um grupo de trabalho, com quadros do CNJ e juízes, para implementar a volta ao presencial e monitorar o avanço das atividades presenciais.

Relator dos casos que levaram à edição da resolução, o conselheiro Luiz Philippe de Melo Filho, que é ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), afirmou que "o retorno da magistratura aos seus respectivos locais de trabalho é imperativo inegociável neste momento em que toda a sociedade brasileira já voltou à situação de normalidade". Segundo ele, as antigas resoluções dão ensejo a "inúmeras interpretações díspares que prejudicam severamente a vida do jurisdicionado brasileiro" - que, no caso, é o cidadão.

A Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), que reúne as principais entidades das categorias, acionou o CNJ, no entanto, com pedido para a prorrogação do prazo. A Frentas alega que a adaptação ao presencial "demandará tempo" e ainda afirma que "exigirá a nomeação de novos magistrados, promotores de Justiça e defensores públicos".

Entidades ligadas aos servidores também se rebelaram.

A Federação Nacional dos Servidores do Judiciário (Fenajud) diz que "será afetada toda a vida de servidores e magistrados de todo o Poder Judiciário que eventualmente estejam em teletrabalho". Para a Fenajud, haverá "prejuízos irreparáveis na alteração de sua rotina, seu ambiente familiar, já que alguns residem em localidade distante da comarca de lotação".

Já o Sindicato dos Servidores da 7ª Região da Justiça do Trabalho (Sindissétima) argumenta que a resolução inspira "sensação de injustiça e inconformismo": "E a vida organizada dos servidores que estão em outros Estados ou no exterior? Como alguém poderia adivinhar que o CNJ iria impor, sem que exista nenhum problema real de atendimento ao público, funcionamento das unidades ou produtividade, uma restrição dessa natureza?".

Apesar das queixas, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pressiona pelo trabalho presencial. A entidade foi aos autos para endossar a decisão do CNJ. Melo Filho negou todos os pleitos das associações e dos sindicatos.

"A OAB entende que a adoção de novas tecnologias para agilizar os atos processuais é benéfica desde que amplie o acesso da população à Justiça,

não seja um impeditivo. Por isso, a escolha sobre o modelo das audiências, se presencial ou virtual, deve ser feita pelo jurisdicionado de forma a atender a realidade e a possibilidade de cada um", afirmou o presidente nacional da entidade, Beto Simonetti.

No acompanhamento do retorno aos tribunais, o CNJ tem recebido denúncias ou mesmo constatado em correções a ausência de juízes em fóruns, o que prejudica a população. Durante inspeção no Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA), na última semana, o corregedor nacional de Justiça, Luis Felipe Salomão, que é ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), invocou o "senso de responsabilidade da magistratura".

"Temos notícia de que, em muitos Estados, o que estava acontecendo era uma situação de quase abandono, principalmente no interior", disse o corregedor. Salomão pediu ainda a atenção das corregedorias ao retorno presencial.

No fim de outubro de 2022, oito juízes e 34 servidores ligados à Corregedoria Nacional de Justiça fizeram uma inspeção nos edifícios do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), que fica a apenas nove minutos da sede do CNJ,

em Brasília, e encontram os prédios esvaziados de servidores e magistrados. De outros Estados, denúncias de advogados também chegaram ao órgão.

Até o momento, foram sete procedimentos para apuração, mas nem todos vão virar processos, porque a averiguação é preliminar e parte deles tinha aval de regras específicas de cada tribunal para ficarem fora do local de trabalho. No entanto, a situação evidencia a redução da estrutura judicial, sobretudo em cidades pequenas e pobres.

No caso do DF, a Corregedoria recomendou à Corte, por exemplo, a abertura de uma sindicância para investigar a conduta de uma juíza que também se utilizava do teletrabalho. Segundo a corregedoria, ela estava adiando por meses a realização de audiências com réus presos - que têm prioridade. O restante do TJDFT também vem sendo acompanhado de perto.

Em Igarapava (SP), os juízes Joaquim Augusto Simões Freitas e Pedro Henrique Bicalho Carvalho, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), foram denunciados à Corregedoria pela OAB local. A presidente da entidade na região, Nilva Maria Pimentel, relatou ao CNJ que os magistrados não moram lá e nem "sequer comparecem ao fórum para solucionar os casos urgentes". Segundo ela, há processos parados há cinco meses. Salomão mandou a Corte apurar a conduta dos magistrados.

Casos como esses serão averiguados nos próximos meses pelo CNJ, que abriu um canal de denúncias e vem recebendo queixas.

SUPER LOTAÇÃO

OAB pede transferência de golpistas presos

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Seccional do Distrito Federal (OAB/DF) enviaram um pedido na última sexta-feira, 10, para o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, solicitando autorização para que os golpistas presos no dia 8 de janeiro sejam transferidos para as cadeias de seus respectivos Estados. O documento afirma que é "preocupante a situação vivenciada no sistema prisional do Distrito Federal". A solicitação reforça um pedido anterior da Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) e a Defensoria Pública da União (DPU), que apresentaram a mesma demanda à Corte no final de janeiro.

O ofício afirma que a ocupação das penitenciárias do Distrito Federal teve um aumento repentino com a prisão de cerca de 1,4 mil pessoas entre os dias 8 e 9 de janeiro. Esse crescimento fez com que alguns serviços do órgão não fossem prestados com qualidade, em respeito à lei.

Um exemplo, segundo a Ordem dos Advogados do Brasil, é que os agendamentos para atendimento dos advogados aos presos não estão sendo realizados "em tempo minimamente razoável"; alguns relatos afirmam que os encontros chegaram "a ultrapassar semanas, diante da intensa procura dos profissionais à unidade prisional".

"O aumento abrupto da massa carcerária causou o aumento no número de atendimentos de saúde, de escoltas, de atendimentos de advogados e de outras rotinas carcerárias, fato que impacta negativamente em todo Sistema Penitenciário, ocasionando atraso nos procedimentos administrativos, dificuldade de organizar a visita reservada entre advogado e cliente como preceituava a Lei 8.906/94, demora nos atendimentos de saúde, etc., uma vez que não houve acréscimo no efetivo de policiais penais para dar conta de toda a demanda e, ainda, não podemos esquecer do impacto financeiro para os cofres públicos do Distrito Federal", diz o documento.

A Ordem dos Advogados do Brasil ainda afirma que "o preso provisório tem o direito de permanecer custodiado em estabelecimento penal próximo ao seu meio social e familiar e, portanto, o recambiamento dos presos residentes em outra unidade da federação é uma medida justa que se impõe, diante dos argumentos aqui exarados".

A realidade dos detidos nas cadeias da Papuda e Colmeia, em Brasília inclui banhos de chuveiro frio, noites sobre um colchão fino lançado no chão e o mau cheiro que escapa do banheiro. O cenário não difere das condições vividas em penitenciárias de todo o País. As prisões provisórias dos golpistas foram aprovadas ainda em janeiro pelo ministro Alexandre de Moraes.

No dia 8 de janeiro passado, radicais apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro invadiram e depredaram os prédios do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal (STF). Aos gritos, eles pediam intervenção federal para tirar do poder o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito democraticamente, mesmo sem respaldo pela Constituição. O ataque aos prédios públicos provocou destruição e nas sedes dos Três Poderes e também deixou feridos, incluindo agentes de segurança.

Levantamento feito pela reportagem mostrou a invasão vinha sendo preparada por extremistas leais do ex-presidente Bolsonaro desde o dia 3 de janeiro quando radicais começaram a divulgar com grande intensidade mensagens em aplicativos como o Telegram e o WhatsApp para levar manifestantes de todo o País para Brasília, com todas as despesas pagas.

ENTREVISTA **JULIANA BITTENCOURT, empresária do ramo da beleza**

Por trás da maquiagem

A empresária Juliana Bittencourt, dona do espaço Ju Beauty Care na Barra da Tijuca vai lançar uma nova linha de maquiagem e quer associar o produto a autoestima das mulheres. Segundo ela, a autoestima sólida dá base para abraçar novas oportunidades profissionais e seguir para realizar os sonhos. "Tudo isso potencializa o sucesso, conduzindo na direção do alcance dos objetivos." Bittencourt abriu o estúdio em 2019, que hoje oferece uma série de tratamentos, desde a estética facial, harmonização até mentoria de inteligência emocional só para mulheres. Na próxima sexta-feira, ela vai lançar um desafio para que cada mulher possa avaliar como anda sua autoestima. As inscrições serão feitas pelo site: <https://jubeautyecare.com.br/2023-eu-realizo/> ou através do Instagram: @jubeautyecare.

A depressão cresceu 40% no Brasil entre o período pré-pandemia e o primeiro trimestre de 2022, como ajudar essas pessoas?

Assim como o corpo fala, as nossas emoções também contam muito sobre nós. A boa notícia é que podemos desenvolver nossa Inteligência Emocional para que não haja ruidos nessa comunicação. A pandemia afetou a vida de milhares de pessoas que, de uma hora para outra, tiveram que se adaptar a transformações bruscas e aprender a conviver com o isolamento social, com as dificuldades financeiras, com os conflitos familiares, e ainda a trabalhar em casa e a cuidar dos filhos ao mesmo tempo.

Esses fatores podem desencadear uma série de emoções, como medo, ansiedade, desesperança, frustração, raiva e desespere. "É o que se tem visto é o aumento dos índices de Depressão, Transtornos de Ansiedade e suicídio"

Nesse contexto, a Inteligência Emocional torna-se uma forte aliada para atravessar esse período conturbado.

É possível compreendermos o que sentimos e encontrar alternativas para administrar as emoções conforme as situações se apresentam em nossas vidas. Mas, para isso, precisamos fortalecer a nossa Inteligência Emocional, que passa por cinco habilidades fundamentais: autoconhecimento, automotivação, controle emocional e empatia - reconhecimento das emoções nos outros.

Qual a proposta do workshop SouCapaz e Realizo?

Trata-se de um desafio de 14 dias, realizado pelo WhatsApp, em grupo exclusivo. A intenção desse desafio é ensinar a base da autoestima na íntegra, os pilares para construção dela, mudança de pensamento, de foco, curas internas e mudanças de hábitos. É fazer a pessoa se movimentar, ensinar a silenciar a voz do sabotador, que paralisa e a deixa no mesmo lugar.

O conhecimento da autoestima não é sobre eliminar a crítica, é sobre aprender a se reco-

nhecer, sobre construir hábitos e caminhos neurais que não sejam focados nos erros, e sim nos acertos, para que nosso senso crítico não anule nosso esforço e nosso potencial, despertar o olhar e a sabedoria para a decisão, que somos capazes através da autoestima e confiança, treinada diariamente.

A Ju Beauty Care vai lançar uma linha de maquiagem ligada a autoestima. Qual a intenção dessa proposta?

A intenção é impactar mulheres de uma forma mais profunda, falando de autocuidado e autoestima, além da maquiagem, e levando a mensagem da importância do autoconhecimento e amor-próprio. Do que adianta se maquiar e ficar linda, somente por fora? Por aparência, ou para agradar a alguém?

Primeiro precisamos fazer por nós, a autoestima está além da maquiagem.

Quero levantar a bandeira do "ame-se acima do batom, acima de tudo", "eu escolho me amar, por isso passo batom", "eu me maquiei pra mim, cuido para mim, porque eu me amo". A automaquiagem eleva muita autoestima e é capaz de potencializar algo grandioso na mulher, mas ela sozinha não tem força pra manter isso vivo por muito tempo. Quero algo diferenciado no mercado, com essa pegada interna.

Como a autoestima pode ajudar as mulheres no mercado de trabalho?

Trabalhar é uma atividade que exige diariamente boa saúde emocional. Para garantir bons resultados, é fundamental manter o equilíbrio das emoções.

No âmbito profissional, pode-se dizer que a autoestima é tão importante quanto o currículo, pois tanto sua presença quanto sua ausência vão afetar diretamente o desempenho e comprometer ou alavancar a produtividade no trabalho. Nesse contexto, ela deve ser incentivada dentro e fora da empresa por meio de práticas que promovam a saúde, a motivação e a satisfação pessoal.



Juliana Bittencourt: "a pessoa com autoestima elevada reconhece suas qualificações e pode trabalhar em qualquer lugar"

A autoestima é a sensação de valor que uma pessoa tem a respeito de si mesma. Quem possui autoestima elevada acredita na sua capacidade e, assim, produz mais resultados tanto na vida pessoal quanto na profissional. Além disso, mantém saúde equilibrada, bons relacionamentos, estilo de vida saudável e, claro, maior produtividade.

A pessoa com autoestima elevada faz com que ela reconheça suas qualificações e se sintam apta para trabalhar em qualquer lugar. Por isso, a cada dia mais empresas se preocupam em oferecer condições de trabalho que promovam a satisfação dos seus funcionários, investindo em práticas como ginástica laboral, cursos

de reciclagem, adequação de salas e criação de espaços para desconexão.

Como a baixa autoestima afeta a produtividade no trabalho?

A pessoa nessa situação acredita que não é capaz de dar conta das tarefas, o que acaba gerando frustração e procrastinação, afetando diretamente os resultados. Isso tudo pode virar uma bola de neve se não houver uma política de promoção de saúde e qualidade de vida dentro da empresa e ações que elevem a autoestima dos indivíduos, fazendo com que se sintam valorizados no ambiente de trabalho.

Sendo assim, profissionais desmotivados e que não reco-

nhecem os próprios valores afetam todo o organismo em que estão inseridos, fazendo com que o trabalho em equipe fique comprometido.

Os sinais mais comuns da falta de autoestima no ambiente profissional são:

• pessimismo; incapacidade de emitir suas opiniões; isolamento social; falta de fé em si mesmo; medo de desafios; sensação de fracasso; tendência à procrastinação; dificuldade de reconhecer os próprios erros.

Esse comportamento leva muitas vezes à perda de comunicação, fazendo com que haja diminuição na rede de contato e, consequentemente, perda de oportunidades profissionais. Por isso, a importância de conhecer a relação entre autoestima e pro-

ductividade é essencial para o dia a dia de trabalho.

Qual a relação entre autoestima e o sucesso?

Uma autoestima sólida dá base para abraçar novas oportunidades profissionais e seguir para realizar os seus sonhos, é possível ir em busca do seu propósito e adquirir resiliência para lidar com as dificuldades. Tudo isso potencializa o sucesso, conduzindo na direção do alcance dos objetivos. Com tudo isso em mente, pode-se imaginar a relação entre a autoestima e sucesso.

Todo mundo erra e as falhas fazem parte da jornada até o sucesso. Dessa forma, com uma autoestima bem desenvolvida, você é capaz de identificar e lidar com o erro de forma positiva, corrigindo-o para seguir em frente.

Após a pandemia, os números de casos de Síndrome de Burnout, desmotivação e infelicidade no ambiente de trabalho cresceram muito no Brasil, como reverter esse cenário?

Existem meios de prevenir e de tratar o Burnout e todas similares. A prevenção se dá por meio de práticas simples e até mesmo prazerosas, que acabam não exigindo tanto, como a prática de exercícios físicos, a alimentação adequada,

momentos de lazer e menos cobranças. Um dos motivos que levam à Síndrome de Burnout é a existência de uma cobrança extremamente excessiva de si mesmo. Uma busca pela perfeição que simplesmente não existe.

Procure não se cobrar tanto e entender que as pessoas podem sim cometer erros, inclusive você, e isso é normal.

Que recado você pode deixar para as mulheres que não veem mais saída?

Você escolhe se vai se amar ou não todos os dias. O que você tem escolhido? Se você não escolhe se amar, o que você está escolhendo? Não se amar! De forma totalmente inconsistente. Por isso você tem hábitos de uma pessoa que não se ama. Então, o próximo passo é você escolher, de forma totalmente consciente, se amar. "Eu escolho me amar". Todos os dias você precisa fazer essa escolha. Todos os dias, até o último dia da sua vida. Do jeito que você está, você precisa escolher se amar como você é, e não como gostaria de ser, sabendo que é esse amor que vai te ajudar a mudar o que você quer mudar em você, perdoar o que quer perdoar em você.

Todos os dias, ao acordar, a primeira coisa que precisa fazer é lembrar disso, é fazer a sua escolha consciente. Ouso dizer que é a escolha mais importante de todo seu dia, porque ela poderá mudar todas as outras. Diga para você em frente ao espelho ou mentalmente eu escolho me amar.

CONCESSÃO

VLI e Codesa assinam acordo para estudar novos investimentos no Porto de Vitória

A VLI e a Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) assinaram na segunda-feira, 13, um memorando de entendimento para obras de expansão do Porto de Vitória. De acordo com a empresa, o documento assume que estudos podem concluir pela existência de oportunidade para investimentos em ferrovia, porto e terminais que atinjam até R\$ 200 milhões, com o objetivo de aumentar o volume de cargas escoado pelo ativo. No ano passado, a Codesa, que administra os portos de Vitória e de Barra do Riacho, foi privatizada no primeiro leilão de compa-

nhia portuária realizado pelo governo Bolsonaro.

Em visita ao porto, na qual participou da assinatura do memorando, o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, voltou a afirmar que o governo respeitará ações concluídas na última gestão. "Estamos analisando todos os contratos fechados anteriormente. Naturalmente passam por revisão, mas vamos respeitar o que foi feito no governo passado desde que tenha sido terminado", disse.

"No porto de Vitória estamos com processo novo, tem poucos meses de concessão.

E hoje testemunhamos acordo da VLI que tem a ver com as ferrovias para chegada no porto", afirmou França.

Segundo a VLI, os estudos que serão realizados pela empresa e pela companhia portuária contemplam a análise de capacidades necessárias a acomodar a matriz de carga em estudo, o que inclui adequações e capacitações de ramais ferroviários que acessam o Porto de Vitória, ramais internos à poligonal do terminal, capacidade de pier - envolvendo berços, calado e equipamentos, entre outros aspectos - e sistemas de carregamento,

descarregamento e armazenagem estática das cargas a serem movimentadas.

Atualmente a operadora movimenta cerca de 25 milhões de toneladas anuais nos portos e ferrovias do Espírito Santo. O estudo estima um aumento de cerca de 5 milhões de toneladas de granéis sólidos minerais e vegetais à matriz de carga atual nos fluxos de importação e exportação do Estado.

"AVLI vê nesta ocasião mais uma oportunidade de contribuir para o fortalecimento da infraestrutura logística do Espírito Santo e para um atendimento ainda mais amplo aos

clientes que movimentam cargas em no sistema portuário do Estado", afirmou o CEO interino da VLI e diretor Financeiro, de Supply Chain e de Serviços da companhia, Fábio Marchiori.

Já o diretor-presidente do Porto de Vitória, Ilson Hulle, disse que a assinatura do memorando é um passo importante dentro do propósito da nova gestão do porto de investir em aumento da capacidade, diversificação de cargas e novas áreas de exploração portuária.

Após a agenda no porto, Márcio França foi questionado se o contrato de concessão

da Codesa seria revisado pelo atual governo. O ministro voltou a dizer que a gestão está analisando todos os contratos fechados anteriormente, mas reforçou que irá respeitar as operações que já foram concluídas, desde que feitas de maneira legal.

"Há algumas concessões que não foram feitos depósitos, não foram pagas ainda, algumas estão sendo devolvidas, cada caso é um caso diferente. O que foi feito vai ser respeitado desde que cumprida a legislação que era vigente à época", disse França.

Ele ainda destacou que a nova companhia tem diversos contratos a serem assinados, referentes a movimentação de cargas líquidas e contêineres, por exemplo. "O porto tem limitação de calado, mas ainda sim estão encontrando mecanismo de fazer a questão de toda a manobra do navio ser melhor

NEGOCIAÇÃO

Americanas teve que pagar à vista compra de 13 mi de ovos de Páscoa

Diretor Comercial tinha acordos fechados há cerca de um ano com o fabricante da marca própria de ovos de Páscoa da empresa, além de volumes e preços acordados com indústrias fornecedoras desde novembro.



Grandes fornecedoras estão na lista de credores da recuperação judicial da companhia. São R\$ 240 milhões em dívidas com a Nestlé, e R\$ 14,8 milhões com a Ferrero Rocher, por exemplo. A Americanas tem cerca de 40 mil empregados

As compras de Páscoa das empresas de varejo são negociadas ao longo dos 12 meses que antecedem a data comemorativa, mas os pedidos são fechados no primeiro trimestre do ano. Quando o rombo contábil de R\$ 20 bilhões e a consequente recuperação judicial da Americanas vieram a público, o diretor comercial da companhia, Aleksandro Pereira, se viu em uma situação inédita.

Ele tinha acordos fechados há cerca de um ano com o fabricante da marca própria de ovos de Páscoa da empresa, além de volumes e preços acordados com indústrias fornecedoras desde novembro. Mas os pedidos ainda não haviam sido emitidos. "Ficou um ponto de interrogação", conta. Foram 15 dias de negociação em que a varejista lutou para manter os volumes combinados.

Entre concessões e resistências, a empresa conseguiu,

com pagamentos à vista e antecipados, garantir a compra de 13 milhões de ovos de Páscoa (ovos e produtos temáticos de chocolate). Em uma situação normal, os pagamentos seriam feitos com prazos de 15 dias a um mês após o feriado cristão. Com o volume adquirido, a expectativa da empresa é ter alta no faturamento sobre a mesma data de 2022. A companhia não abre, porém, de quanto foi esse faturamento.

"Temos marcas próprias (de ovos), especialmente as licenciadas - voltadas para crianças -, que são desenvolvidas sempre com um ano de antecedência. Nas demais indústrias, viemos conversando ao longo do ano e chegamos a um volume e custo em novembro e dezembro. Já estava tudo fechado, mas não havia começado a emissão e o recebimento de pedidos", conta Pereira.

Ele diz que o principal entrave era o prazo de pagamento. Grandes fornecedoras estão na lista de credores da

recuperação judicial da companhia. São R\$ 240 milhões em dívidas com a Nestlé, e R\$ 14,8 milhões com a Ferrero Rocher, por exemplo. "Foram duas semanas de conversas intensas. Foi como negociar com alguém que estava chateado", conta Pereira.

Ele diz que os valores devidos às indústrias são importantes, mas, em relação ao faturamento dessas fabricantes com a Americanas ao longo do ano, são menos expressivos. "São volumes que impactariam um ou dois meses do giro de estoque no fornecedor. Isso deixou os fornecedores chateados, mas não foi impeditivo na negociação", conta Pereira. A solução foi pagar à vista ou de forma antecipada, mesmo em uma situação de caixa apertada.

A Americanas se comprometeu também a não fazer demissões em massa até a data da apresentação do plano de recuperação, marcada para 20 de março, de acordo com o Sindicato dos Comerciais

do Rio. Advogados da varejista, representantes dos trabalhadores e membros do Ministério do Trabalho realizaram uma rodada de negociações, mediada pela Procuradoria Geral do Trabalho.

A Americanas tem cerca de 40 mil empregados e gera perto de 60 mil empregos indiretos. Na segunda-feira, uma nova reunião ficou agendada para o dia 27 de março, às 14 horas, para a discussão dos impactos do plano de recuperação judicial.

"Os representantes da empresa informaram que não haverá dispensa em massa até a data da apresentação do plano de recuperação, agendada para o dia 20 de março. Apenas as rescisões ordinárias ocorrerão, por exemplo, por caducidade contratual, justa causa, pedidos de demissão e desligamentos pontuais", afirmou Márcio Ayer, presidente do Sindicato dos Comerciais do Rio e dirigente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras Brasileiros (CTB).

A Americanas, por sua vez,

destacou a reunião realizada na quarta-feira (8), quando o acordo começou a ser costurado, na presença do Ministério Público do Trabalho, a Procuradoria Geral do Trabalho e o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, além de representantes dos trabalhadores e da varejista.

"Mais uma vez a Companhia informou que não iniciou nenhum processo de demissão em massa de funcionários e segue seu curso normal de operações. A Americanas também renovou seu compromisso de manter relacionamento próximo com os sindicatos e um diálogo produtivo e recorrente sobre questões trabalhistas, mesmo em situações não relacionadas ao processo de Recuperação Judicial", disse a varejista em nota.

Como parte das negociações da varejista com os trabalhadores, todas as dispensas feitas pela empresa serão realizadas mediante homologação nos sindicatos. "As homologações feitas no sin-

dicato, de forma presencial ou telepresencial, garantem aos trabalhadores o cumprimento dos seus direitos por parte da empresa", afirma o sindicalista.

O sindicato, as centrais e as federações concordaram também em realizar todas as homologações gratuitamente. E solicitaram ainda que a empresa informe os casos de sindicatos que se recusam a prestar assistência aos trabalhadores nas rescisões ou em que o trabalhador não tenha interesse em realizar o ato homologatório.

"O Sindicato dos Comerciais do Rio está com o departamento jurídico de plantão para orientar e realizar as homologações, sem custo. Também ficou acertado que seremos comunicados previamente sobre o funcionário que não deseja efetuar sua rescisão no sindicato. Neste caso, a empresa ficará liberada para proceder o trâmite no seu próprio âmbito", disse Ayer.

CLIMA

Estados registram alerta de temporais no início de semana

Diversos Estados do Brasil estão sujeitos a novos temporais neste início de semana. De acordo com a Climatempo, a circulação dos ventos ainda mantém instabilidades espalhadas sobre grande parte do País na segunda-feira, 13. Na cidade de São Paulo, o dia começou com sol entre nuvens, mas com elevação de temperatura no decorrer do dia, com máxima prevista de 29°C. Há possibilidade de pancadas de chuva entre o meio da tarde e o início da noite.

Na segunda-feira, o sol apareceu entre nuvens e favoreceu a elevação das temperaturas na capital paulista. "O calor e a chegada da brisa marítima devem provocar pancadas de

chuva entre o meio da tarde e o início da noite, com descargas elétricas, rajadas de vento e intensidade variando entre moderada e forte", disse o Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE) da Prefeitura de São Paulo.

No Estado, persistem as pancadas típicas de verão, associadas ao ar quente e úmido e aos ventos constantes que sopram do mar contra a costa, segundo a Climatempo.

As pancadas de chuva tam-

bém devem atingir na segunda-feira o Rio de Janeiro (principalmente o centro-sul do Estado) e Minas Gerais (no sul, especialmente). Já no Espírito Santo, não há previsão de chuva.

Na segunda-feira, uma mudança no padrão de circulação dos ventos favorece o aumento de nuvens de chuva entre Paraná, oeste de Santa Catarina e no oeste e noroeste do Rio Grande do Sul, conforme a Climatempo. O dia permanece ensolarado e firme em Florianópolis e Porto Alegre.

O dia começa abafado, com pouca nebulosidade nas capitais e no Distrito Federal, com bastante sol no decorrer das horas. "Há possibilidade de aumento das nuvens de chuva

entre a tarde e a noite e temporais devem atingir o sul e oeste de Mato Grosso, parte do Mato Grosso do Sul e o sul de Goiás", disse a Climatempo. Em Brasília, as pancadas podem vir com moderada a forte intensidade.

A costa norte da Região Nordeste permanece com clima instável. Na segunda-feira, o dia segue com sol e pancadas de chuva forte em São Luís, Teresina, Fortaleza e Natal.

Os temporais persistem entre Amazonas, interior do Pará, Amapá, Rondônia e sul de Roraima. De acordo com a Climatempo, o dia fica abafado em todos os Estados do Norte do Brasil, com chuva moderada a forte, apesar da abertura de sol.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA
CNPJ/MF Nº 00.974.211/0001-25 - NIRE 3.330.016.238-1
CÓDIGO CVM 24937
COMPANHIA ABERTA

RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PUBLICADO EM 07 DE FEVEREIRO DE 2023, PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA SEGUNDA EMISSÃO PRIVADA DE DEBENTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, DA LINHA AMARELA S.A. - LAMSA. 1. Ficam convocados os Senhores Debenturistas da Segunda Emissão Privada de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da LINHA AMARELA S.A. - LAMSA ("Debenturistas", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), a reunirem-se em primeira convocação, em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), nos termos das cláusulas 10.1.1 e 10.1.2 do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Privada de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em série única, da LINHA AMARELA S.A. - LAMSA, celebrada em 04 de maio de 2012, entre a Emissora e a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, na qualidade de Agente Fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"), conforme aditada em tempos em tempos ("Escritura de Emissão"), a ser realizada no **dia 06 de março de 2023, às 15:00 horas**, na sede social da Emissora na Av. Carlos Lacerda, s/n, Praça do Pedágio, CEP 20745-150, Água Santa, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Os Debenturistas deverão deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: i) Não declaração do vencimento antecipado da Emissão, nos termos da cláusula 7.1, item (j) da Escritura de Emissão, tendo em vista o término do prazo concedido na Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 01 de agosto de 2022 ("AGD 01.08.2022"), para o afastamento dos efeitos da redução na classificação do risco ("rating") da Emissão emitida pela Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco Ltda.; ii) Em caso de aprovação do item (i) acima, deliberar sobre a alteração da cláusula 7.1, item (j), a fim de modificar o rating mínimo da Emissão, nos termos da proposta enviada no dia 26 de janeiro pela Emissora ao Debenturista; iii) Em caso de não aprovação do item (ii) acima, deliberar sobre a prorrogação da suspensão dos efeitos da cláusula 7.1, item (j) da Emissão, nos termos da proposta enviada no dia 30 de janeiro de 2023 pela Emissora ao Debenturista; e iv) Autorizar o Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, a celebrar todos os documentos e realizar demais atos necessários para o cumprimento integral das deliberações constantes da presente assembleia geral. A Emissora e o Agente Fiduciário permanecem à disposição para prestar esclarecimentos dos Debenturistas no interm da presente convocação e da AGD. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2023.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA.

EPHIGÊNIO SALLES EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA.

CNPJ/ME: 09.151.631/0001-86 - NIRE: 35.232.827.221

Ata de Reunião de Sócios Quotistas Realizada em 03 de Novembro de 2022
Data, Horário e Local: Aos 03 (três) dias do mês de novembro de 2022, às 10:00 horas, na sede da **Ephigênio Salles Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.**, na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nicolau Boer, nº 399, 5º andar, unidade 5025, CEP 01140-060 ("Sociedade").
Convocação: Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade das sócias quotistas, conforme disposto no §2º do artigo 1.072 da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil").
Presença: Sócios representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente - Sr. Flavio Vidigal De Capua; Secretário - Sr. Henrique Freitas Montenegro Cerqueira. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (a) a redução do capital social da Sociedade, com base no artigo 1.082, II, do Código Civil, vez que excessivo em relação ao seu objeto social; (b) forma de reembolso às sócias quotistas; e (c) a consequente alteração da Cláusula Quinta do contrato social, por conta da deliberação indicada na alínea (a) supra. **Deliberações Tomadas por Unanimidade de Votos:** As sócias aprovam, de forma unânime, sem quaisquer reservas e/ou ressalvas: (a) a redução do capital social da Sociedade, por ser excessivo em relação ao seu objeto social, com fulcro no artigo 1.082, II, da Lei 10.406/02, Código Civil, que **passará de R\$ 256.849,00** (duzentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e quarenta e nove reais), para **R\$ 10.000,00** (dez mil reais), com uma redução de **R\$ 246.849,00** (duzentos e quarenta e seis mil, oitocentos e quarenta e nove reais), mediante o cancelamento e reembolso de 246.849 (duzentas e quarenta e seis mil, oitocentos e quarenta e nove) quotas, feito com base no valor contábil das quotas; (b) **Ata** contínuo, é feita a baixa na conta de reserva de capital em R\$ 706.000,00 (setecentos e seis mil reais), de forma que, em razão de tal baixa, a conta de reserva de capital passará a conter valor de R\$ 1.753.684,00 (um milhão, setecentos e cinquenta e três mil, seiscentos e oitenta e quatro reais); (c) **Em** razão da redução de capital, e, ainda da baixa na conta de reserva de capital, será efetuado reembolso às Sôcias, mediante restituição em dinheiro, da seguinte forma: (i) **A Tecnisia S.A.**, no valor total de R\$ 619.351,85 (seiscentos e dezenove mil, trezentos e cinquenta e um reais e oitenta e cinco centavos), pela participação de 65% (sessenta por cento) no capital social; (ii) **A BR Corp Empreendimentos Ltda.**, no valor de R\$ 333.497,15 (trezentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e seis reais e quinze centavos), pela participação de 35% (trinta e cinco por cento) no capital social da Sociedade; (d) **Como** consequência da redução do capital social, fica modificada a Cláusula quinta do Contrato Social, que passará a vigorar com a seguinte e nova redação: **Cláusula Quinta - Capital Social 5.1.** O capital social da Sociedade é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas iguais, com valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas e assim distribuídas entre as sócias: (a) a sócia **Tecnisia** possui 6.500 (seis mil e quinhentas) quotas, no valor total de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais); e (b) a sócia **BR Corp** possui 3.500 (três mil e quinhentas) quotas, no valor total de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais); 5.2. A participação de cada sócia no capital social fica distribuída nas seguintes proporções:

Quotista	Quotas	Valor	%
Tecnisia	6.500	R\$ 6.500,00	65%
BR Corp	3.500	R\$ 3.500,00	35%
Total	10.000	R\$ 10.000,00	100

5.3. A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas respectivas quotas, mas todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social. 5.4. As quotas da Sociedade são indivisíveis em relação à Sociedade. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo a presente ata lavrada e assinada pelos sócios quotistas presentes, a qual será publicada na forma do §1º do artigo 1.084 do Código Civil, para que se produzam os devidos efeitos legais. **Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 03 de novembro de 2022. **Mesa:** Flavio Vidigal de Capua - Presidente; Henrique Freitas Montenegro Cerqueira - Secretário. **Sócios:** BR Corp Empreendimentos Ltda. - Rony Magid. **Tecnisia S.A.** - Henrique Freitas Montenegro Cerqueira, Flavio Vidigal De Capua.

Mansilla Participações Ltda.

CNPJ/ME nº 09.095.487/0001-08 - NIRE 35.221.793.347

Resolução de Sócios Realizada em 07 de Fevereiro de 2023

Teachers Insurance and Annuity Association of America, sociedade organizada e existente de acordo com as leis do Estado de Nova Iorque, Estados Unidos da América, com sede em 730 Third Avenue, NY 10017, na cidade de Nova Iorque, Estado de Nova Iorque, CNPJ/ME nº 10.219.071/0001-33 ("TIAA"), neste ato representada por seu procurador, **Henrique Americano Carvalho de Freitas**, RG nº 10.446.859 SSP/SP, CPF/ME nº 191.764.518-01, e **Demeter Agricultural Properties, LLC**, sociedade organizada e existente de acordo com as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede em 730 Third Avenue, NY 10017, na cidade de Nova Iorque, Estado de Nova Iorque, CNPJ/ME nº 10.219.071/0001-88 ("DEMETER"), neste ato representada por seu procurador, **Henrique Americano Carvalho de Freitas**, acima qualificada, na qualidade de sócia representando a totalidade do capital social da **Mansilla Participações Ltda.**, sociedade limitada, com sede em SP/SP na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1327, 2º andar, sala 23, CEP 04543-011, CNPJ/ME nº 09.095.487/0001-08, e com seu contrato social arquivado na JUCESP/NIRE 35.221.793.347 (a "Sociedade"). **Resolvem**, neste ato e por unanimidade de votos: (I) Aprovar a redução do capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, em R\$ 2.178.362,00, por julgá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, nos termos do Artigo 1.082, II, do Código Civil, passando dos atuais 1.654.535.283,00 para R\$ 1.652.356.921,00; (II) A parcela reduzida do capital social será restituída em dinheiro para a sócia TIAA, com o respectivo cancelamento de 2.178.362 quotas detidas pela sócia TIAA. A sócia DEMETER manifesta a sua expressa concordância com relação à restituição a ser paga em dinheiro exclusivamente para a sócia TIAA de forma desproporcional à participação no capital social, bem como no que diz respeito ao cancelamento das quotas detidas pela sócia TIAA. (III) A redução do capital da Sociedade ora aprovada será efetivada mediante a celebração de Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Sociedade, após decorrido o prazo de 90 dias contados da publicação desta ata, nos termos do Artigo 1.084, § 3º, do Código Civil; (IV) Em função das deliberações acima, no Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Sociedade após o decurso do prazo referido acima, constará a alteração da Cláusula 6º do Contrato Social da Sociedade, que passará a ter a seguinte redação: "Cláusula 6º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 1.652.356.921,00, dividido em 1.652.356.921 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00, distribuídas entre as sócias da seguinte forma: a) **Teachers Insurance and Annuity Association of America**, detém 1.652.356.921 quotas, no valor nominal total de R\$ 1.652.356.920,00; e b) **Demeter Agricultural Properties, LLC**, 1 quota, no valor nominal total de R\$ 1,00, §1º - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital. §2º - As quotas serão totalmente integralizadas no prazo de 2 anos, a partir da presente data. A integralização das quotas poderá ser feita em moeda corrente nacional, bens ou créditos contra a Sociedade." (V) Autorizar a administração da Sociedade a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima. Em conformidade com os §1º e §3º do Artigo 1.072 do Código Civil Brasileiro, a reunião de sócios da Sociedade foi dispensada visto que todos os assuntos a serem decididos estão sendo deliberados por escrito pelos sócios da Sociedade neste ato. **Teachers Insurance and Annuity Association of America** (p.p. Henrique Americano Carvalho de Freitas); **Demeter Agricultural Properties, LLC** (p.p. Henrique Americano Carvalho de Freitas).

Nova Gaia Brasil Participações Ltda.

CNPJ/ME nº 13.035.190/0001-24 - NIRE 35.224.967.371

Resolução de Sócios Realizada em 07 de Fevereiro de 2023

TIAA-CREF Global Agriculture LLC, sociedade devidamente organizada e existente de acordo com as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede em 730 Third Avenue, Nova Iorque, NY 10017, Estados Unidos da América, CNPJ/ME nº 13.514.871/0001-75 ("TIAA-LLC"), neste ato devidamente representada por seu procurador Henrique Americano Carvalho de Freitas, RG nº 10.446.859 (SSP/SP), CPF/ME nº 191.764.518-01, nos termos da prolação outorgada em 01/06/2021, registrada na JUCESP nº 380.593.21-0, em 05/08/2021, e **TIAA-CREF Global Agriculture BR, LLC**, sociedade devidamente organizada e existente de acordo com as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede em 730 Third Avenue, Nova Iorque, NY 10017, Estados Unidos da América, CNPJ/ME nº 13.514.866/0001-62 ("TIAA-BR"), neste ato devidamente representada por seu procurador Henrique Americano Carvalho de Freitas, acima qualificada, nos termos da prolação outorgada em 01/06/2021, registrada na JUCESP nº 380.597.21-0, em 05/08/2021, na qualidade de sócia representando a totalidade do capital social de **Nova Gaia Brasil Participações Ltda.**, sociedade limitada, com sede em SP/SP na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 2º andar, sala 27, CEP 04543-010, CNPJ/ME nº 13.035.190/0001-24, e com seu contrato social arquivado na JUCESP/NIRE 35.224.967.371, em 15/12/2010 (a "Sociedade"). **Resolvem**, neste ato e por unanimidade de votos: (I) Aprovar a redução do capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, em R\$ 17.920.628,00, por julgá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, nos termos do Artigo 1.082, II, do Código Civil, passando dos atuais R\$ 1.085.739.537,00 para R\$ 1.067.818.909,00. (II) A parcela reduzida do capital social será restituída em dinheiro para a sócia TIAA-LLC, com o respectivo cancelamento de 17.920.628 quotas detidas pela sócia TIAA-LLC. A sócia TIAA-BR manifesta a sua expressa concordância com relação à restituição a ser paga em dinheiro exclusivamente para a sócia TIAA-LLC de forma desproporcional à participação no capital social, bem como no que diz respeito ao cancelamento das quotas detidas pela sócia TIAA-LLC. (III) A redução do capital da Sociedade ora aprovada será efetivada mediante a celebração de Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Sociedade, após decorrido o prazo de 90 dias contados da publicação desta ata, nos termos do Artigo 1.084, § 3º, do Código Civil; (IV) Em função das deliberações acima, no Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Sociedade após o decurso do prazo referido acima, constará a alteração da Cláusula 6º do Contrato Social da Sociedade, que passará a ter a seguinte redação: "Cláusula 6º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 1.067.818.909,00, dividido em 1.067.818.909 quotas, com valor nominal unitário de R\$ 1,00, distribuídas entre as sócias da seguinte forma: a) **TIAA-CREF Global Agriculture LLC**, detém 1.067.818.909 quotas, no valor nominal total de R\$ 1.067.818.909,00; e b) **Demeter Agricultural Properties, LLC**, 1 quota, no valor nominal total de R\$ 1,00, §1º - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital." (V) Autorizar a administração da Sociedade a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima. Em conformidade com os §1º e §3º do Artigo 1.072 do Código Civil Brasileiro, a reunião de sócios da Sociedade foi dispensada visto que todos os assuntos a serem decididos estão sendo deliberados por escrito pelos sócios da Sociedade neste ato. São Paulo/SP, 07/02/2023. **TIAA-CREF Global Agriculture LLC** - p.p. Henrique Americano Carvalho de Freitas; **TIAA-CREF Global Agriculture BR, LLC** - p.p. Henrique Americano Carvalho de Freitas.

DROGARIAS DPSP S.A.

CNPJ/ME: 14.553.607/0001-03 - NIRE: 35.300.414.748

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2022
I. Data, Hora e Local: Aos 30.12.2022, às 17h, na sede social da Drogarias DPSP S.A. ("Companhia"), São Paulo/SP, Avenida Manuel Bandeira, nº 251, Bloco C, Vila Leopoldina, CEP: 05513-020. (II) **Presença:** Conselheiros representando a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do parágrafo primeiro, do artigo décimo, do Estatuto Social, sendo dispensada, portanto a publicação de edital de convocação com fundamento no §4º, do artigo 124, da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), alterada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001. **III. Mesa Dirigente:** Assumiu a presidência da mesa, o Sr. Ronaldo José Neves de Carvalho, que conviou o Sr. Bruno Barata Adler, para secretariá-lo. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (I) a distribuição antecipada de dividendos aos acionistas, relativos ao exercício social que será encerrado em 31.12.2022 ("Dividendos"); (II) o reconhecimento e contabilização de juros sobre capital próprio, à conta do período compreendido entre 31.10.2022 a 31.12.2022 ("Juros sobre Capital Próprio"); **VI. Deliberações:** Por unanimidade de votos e sem ressalvas, os Conselheiros aprovam: (I) o pagamento de Dividendos no valor de R\$ 3.117.250,00, a serem imputados ao dividendo mínimo obrigatório, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que apreciará as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31.12.2022. O pagamento dos dividendos será realizado aos acionistas a partir de 19.01.2023, cabendo à Companhia informar os valores e datas das liberações; (II) o reconhecimento e contabilização, nesta data, de Juros sobre Capital Próprio em favor dos Acionistas, no valor de R\$ 33.700.000,00 sendo que este valor deverá ser descontada a parcela relativa ao Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), equivalente a R\$ 5.055.000,00, remanescente a importância líquida de R\$ 28.645.000,00. Os Juros sobre Capital Próprio serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2022, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que apreciará as demonstrações financeiras do exercício social que será encerrado em 31.12.2022. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a praticar tudo e qualquer ato para a formalização da ora deliberado. **VII. Declarações Finais:** Foi determinada a lavratura desta ata na forma sumária, de acordo com o previsto no §1º, do artigo 130, da Lei de S.A. **VIII. Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que de pois de lida, foi aprovada pela totalidade dos presentes. Presidente: Ronaldo José Neves de Carvalho. Secretário: Bruno Barata Adler. Certifico que a presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio. São Paulo, 30.12.2022. **Mesa: Ronaldo José Neves de Carvalho** - Presidente e **Bruno Barata Adler** - Secretário. JUCESP nº 63.657/23-5 em 08.02.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

W1 GROUP CORRETORA DE SEGUROS S.A.

CNPJ/ME: 11.958.007/0001-37 - NIRE: 3530056180-5

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Nos termos da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social da **W1 GROUP CORRETORA DE SEGUROS S.A.** ("Companhia"), ficam os senhores acionistas da **W1 GROUP CORRETORA DE SEGUROS S.A.** convocados para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, que será realizada na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fidêncio Ramos, nº 100, 4º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-010, com início às 15h00 quinze horas do dia 22 (vinte e dois) de fevereiro de 2023, em primeira convocação, para deliberar e votar sobre a seguinte ordem do dia: (I) aprovação e ratificação da nomeação do Sr. Flavio Vidigal de Capua para o cargo de Presidente da Companhia, nos termos da proposta de consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais:** O presente Edital de Convocação, a proposta do novo Estatuto Social da Companhia, os demais documentos correlatos a serem discutidos na Assembleia Geral Extraordinária indicados na ordem do dia e as orientações e procedimentos a serem observados pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária se encontram à disposição dos acionistas interessados na sede da Companhia. Nos termos do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, os acionistas deverão exibir documento de identificação/documentos societários para comprovar a qualidade de acionista e participar da referida Assembleia Geral Extraordinária, e poderão ser representados por mandatários, observadas as restrições legais e estatutárias. Devido, neste caso, ser apresentado também o instrumento de mandato. São Paulo - SP, 10 de fevereiro de 2023

W1 GROUP CORRETORA DE SEGUROS S.A. - Tiago Ferreira Serpa - Diretor Presidente

COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-VIRTUS

CNPJ/ME nº 35.522.281/0001-27 - NIRE: 35.300.544.666

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DOS DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERTÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA COLOCAÇÃO PRIVADA, DA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-VIRTUS, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2021.

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 11 dias do mês de agosto de 2021, às 10h00, na sede da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Virtus, localizada na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 7º andar, Pinheiros, CEP 05407-003, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Emissora"). **2. MESA:** Presidente: Carlos Pereira Martins; Secretário: Ryan Roberto Bezerra. **3. CONVOCAÇÃO E QUORUM:** Dispensada a publicação de edital de convocação, de acordo com o artigo 71, § 2º, combinado com o artigo 24, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei da S.A."), e, ainda, nos termos da Cláusula 4.3 do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 2 (duas) Séries, para Colocação Privada, da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Virtus" ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), em razão da presença da totalidade dos Debenturistas (conforme abaixo definido) da Emissão. **4. PRESENÇA:** Depois de cumpridas as formalidades legais, constatou-se a presença (i) de 100% (cem por cento) dos titulares das Debêntures da única série em circulação ("Debenturistas"); (ii) da **WÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, na qualidade de agente fiduciário das Debêntures, neste ato representada na forma do seu Contrato Social ("Agente Fiduciário"); e (iii) da Emissora, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social. **5. ORDEM DO DIA:** Discutir e deliberar, sem prejuízo das demais hipóteses previstas na Escritura de Emissão, sobre: (I) alterar a redação do item (v) da Cláusula 6.1 da Escritura de Emissão, de forma a permitir que seja possível, além das empresas já listadas, a contratação das seguintes outras empresas de auditoria para auditar as demonstrações financeiras da Emissora: (a) BDO RCS Auditores Independentes S.S.; e (ii) autorizar a Emissora a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações discutidas na presente assembleia. **6. DELIBERAÇÕES:** Os Debenturistas, representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, aprovam na íntegra, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, todas as deliberações previstas na Ordem do Dia, conforme acima descritas, conforme termos e condições previstos abaixo: (I) alterar a redação do item (v) da Cláusula 6.1 da Escritura de Emissão, de forma a incluir a possibilidade de contratação de outras empresas de auditoria. O item (v) da Cláusula 6.1 da Escritura de emissão passa a vigorar com a seguinte e nova redação: "6.1. Sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas nesta escritura, a Emissora obriga-se, até a Data de Vencimento das Debêntures (inclusive...), (v) contratar e manter contratada com as seguintes empresas de auditoria para auditar suas demonstrações financeiras: (PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes S.S., Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda., BDO RCS Auditores Independentes, Grant Thornton Brasil, e Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S." (ii) autorizar a Emissora a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações discutidas e aprovadas na presente assembleia. As deliberações da presente assembleia são tomadas por mera liberalidade dos Debenturistas, portanto (i) não poderão ser interpretadas como renúncia dos Debenturistas quanto ao cumprimento pela Emissora das obrigações assumidas nos Documentos da Operação; ou (ii) não poderão impedir, restringir e/ou limitar o exercício, pelos Debenturistas, de quaisquer direitos pactuados nos Documentos da Operação, bem como não importam em quaisquer formas de novação ou extinção das garantias estabelecidas. Debuers, obrigados nos termos dos artigos 1305, 1306, 1307, 1308, 1309, 1310, 1311, 1312, 1313, 1314, 1315, 1316, 1317, 1318, 1319, 1320, 1321, 1322, 1323, 1324, 1325, 1326, 1327, 1328, 1329, 1330, 1331, 1332, 1333, 1334, 1335, 1336, 1337, 1338, 1339, 1340, 1341, 1342, 1343, 1344, 1345, 1346, 1347, 1348, 1349, 1350, 1351, 1352, 1353, 1354, 1355, 1356, 1357, 1358, 1359, 1360, 1361, 1362, 1363, 1364, 1365, 1366, 1367, 1368, 1369, 1370, 1371, 1372, 1373, 1374, 1375, 1376, 1377, 1378, 1379, 1380, 1381, 1382, 1383, 1384, 1385, 1386, 1387, 1388, 1389, 1390, 1391, 1392, 1393, 1394, 1395, 1396, 1397, 1398, 1399, 1400, 1401, 1402, 1403, 1404, 1405, 1406, 1407, 1408, 1409, 1410, 1411, 1412, 1413, 1414, 1415, 1416, 1417, 1418, 1419, 1420, 1421, 1422, 1423, 1424, 1425, 1426, 1427, 1428, 1429, 1430, 1431, 1432, 1433, 1434, 1435, 1436, 1437, 1438, 1439, 1440, 1441, 1442, 1443, 1444, 1445, 1446, 1447, 1448, 1449, 1450, 1451, 1452, 1453, 1454, 1455, 1456, 1457, 1458, 1459, 1460, 1461, 1462, 1463, 1464, 1465, 1466, 1467, 1468, 1469, 1470, 1471, 1472, 1473, 1474, 1475, 1476, 1477, 1478, 1479, 1480, 1481, 1482, 1483, 1484, 1485, 1486, 1487, 1488, 1489, 1490, 1491, 1492, 1493, 1494, 1495, 1496, 1497, 1498, 1499, 1500, 1501, 1502, 1503, 1504, 1505, 1506, 1507, 1508, 1509, 1510, 1511, 1512, 1513, 1514, 1515, 1516, 1517, 1518, 1519, 1520, 1521, 1522, 1523, 1524, 1525, 1526, 1527, 1528, 1529, 1530, 1531, 1532, 1533, 1534, 1535, 1536, 1537, 1538, 1539, 1540, 1541, 1542, 1543, 1544, 1545, 1546, 1547, 1548, 1549, 1550, 1551, 1552, 1553, 1554, 1555, 1556, 1557, 1558, 1559, 1560, 1561, 1562, 1563, 1564, 1565, 1566, 1567, 1568, 1569, 1570, 1571, 1572, 1573, 1574, 1575, 1576, 1577, 1578, 1579, 1580, 1581, 1582, 1583, 1584, 1585, 1586, 1587, 1588, 1589, 1590, 1591, 1592, 1593, 1594, 1595, 1596, 1597, 1598, 1599, 1600, 1601, 1602, 1603, 1604, 1605, 1606, 1607, 1608, 1609, 1610, 1611, 1612, 1613, 1614, 1615, 1616, 1617, 1618, 1619, 1620, 1621, 1622, 1623, 1624, 1625, 1626, 1627, 1628, 1629, 1630, 1631, 1632, 1633, 1634, 1635, 1636, 1637, 1638, 1639, 1640, 1641, 1642, 1643, 1644, 1645, 1646, 1647, 1648, 1649, 1650, 1651, 1652, 1653, 1654, 1655, 1656, 1657, 1658, 1659, 1660, 1661, 1662, 1663, 1664, 1665, 1666, 1667, 1668, 1669, 1670, 1671, 1672, 1673, 1674, 1675, 1676, 1677, 1678, 1679, 1680, 1681, 1682, 1683, 1684, 1685, 1686, 1687, 1688, 1689, 1690, 1691, 1692, 1693, 1694, 1695, 1696, 1697, 1698, 1699, 1700, 1701, 1702, 1703, 1704, 1705, 1706, 1707, 1708, 1709, 1710, 1711, 1712, 1713, 1714, 1715, 1716, 1717, 1718, 1719, 1720, 1721, 1722, 1723, 1724, 1725, 1726, 1727, 1728, 1729, 1730, 1731, 1732, 1733, 1734, 1735, 1736, 1737, 1738, 1739, 1740, 1741, 1742, 1743, 1744, 1745, 1746, 1747, 1748, 1749, 1750, 1751, 1752, 1753, 1754, 1755, 1756, 1757, 1758, 1759, 1760, 1761, 1762, 1763, 1764, 1765, 1766, 1767, 1768, 1769, 1770, 1771, 1772, 1773, 1774, 1775, 1776, 1777, 1778, 1779, 1780, 1781, 1782, 1783, 1784, 1785, 1786, 1787, 1788, 1789, 1790, 1791, 1792, 1793, 1794, 1795, 1796, 1797, 1798, 1799, 1800, 1801, 1802, 1803, 1804, 1805, 1806, 1807, 1808, 1809, 1810, 1811, 1812, 1813, 1814, 1815, 1816, 1817, 1818, 1819, 1820, 1821, 1822, 1823, 1824, 1825, 1826, 1827, 1828, 1829, 1830, 1831, 1832, 1833, 1834, 1835, 1836, 1837, 1838, 1839, 1840, 1841, 1842, 1843, 1844, 1845, 1846, 1847, 1848, 1849, 1850, 1851, 1852, 1853, 1854, 1855, 1856, 1857, 1858, 1859, 1860, 1861, 1862, 1863, 1864, 1865, 1866, 1867, 1868, 1869, 1870, 1871, 1872, 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889, 1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911, 1912, 1913, 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928, 1929, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B274-AC83-8621-5F5A> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B274-AC83-8621-5F5A



Hash do Documento

B3148DA1F61D8184F69F372BB9FD83E79B663C0F7E4655A20BA4DFFA547274DB

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/02/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
13/02/2023 21:28 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

